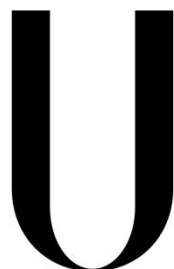


**UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA**



LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

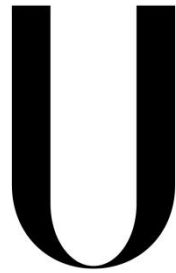
**À Descoberta da Identidade Conjugal:
Estudo Exploratório Qualitativo**

Catarina Paulino Pereira de Moura Pires

**MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA
SECÇÃO DE PSICOLOGIA CLÍNICA E DA SAÚDE
NÚCLEO DE PSICOLOGIA CLÍNICA SISTÉMICA**

2014

**UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA**



LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

**À Descoberta da Identidade Conjugal:
Estudo Exploratório Qualitativo**

Catarina Paulino Pereira de Moura Pires

**MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA
Dissertação orientada pela Professora Doutora Isabel Narciso**

**SECÇÃO DE PSICOLOGIA CLÍNICA E DA SAÚDE
NÚCLEO DE PSICOLOGIA CLÍNICA SISTÉMICA
2014**

Agradecimentos

À Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa por ter sido a minha “casa” durante os cinco anos de curso e me permitir chegar a uma meta tão gratificante.

Ao núcleo de Sistémica, em especial a todas as professoras, por me ensinarem a articular as partes com o todo, criando uma visão deslumbrante sobre toda a complexidade dos sistemas.

À orientadora desta tese, Professora Doutora Isabel Narciso, por todo o apoio, compreensão, disponibilidade e flexibilidade. Um especial obrigado por estar sempre atenta aos seus alunos.

À “co-orientadora”, Ana Duarte Branquinho, com um dom natural para futura orientadora autónoma, por toda a paciência, disponibilidade e carinho.

À minha família! Por ter contribuído para o que sou hoje, e ter ajudado a formar-me numa das paixões da minha vida, a psicologia.

Ao Ricardo, por ter estado nos momentos mais difíceis e ter distribuído o peso comigo.

Obrigado por teres sido uma das peças fundamentais para a finalização desta tese.

Á Carolina Cortez por ser uma amiga incondicional, estando lá a qualquer hora, a qualquer momento, em qualquer circunstância.

Á Susana Gomes por ser uma mulher incrível, por me ouvir, por me tranquilizar e me dar pequenas “sementes” para que surjam novas linhas de pensamento.

Ao João Soares por ser um amigo tão preocupado e sempre prestável para ajudar.

Á Inês Matias Reis pelo bom-humor e tranquilidade sempre presente. És uma daquelas peças fundamentais do grupo.

À Inês Raposo, pelas longas conversas de desespero co-partilhado.

Aos meus amigos, João Feio, Henrique Vaz, Tiago Posse, Catarina Canelas e Joana Paiva por todos os momentos de descontração tão necessários para este processo.

A todos um sincero OBRIGADA

Resumo

A presente investigação pretende explorar o constructo de identidade conjugal, perceber as suas propriedades, explorar a sua natureza substancial e identificar os seus sinais de solidez, tendo em consideração diferenças de sexo, diferentes situações relacionais (casamento vs. coabitação conjugal) e tempo de relação. O estudo exploratório foi realizado com uma amostra de conveniência constituída por 21 participantes (13 do sexo feminino e 8 do sexo masculino). Partindo de um paradigma construcionista, recorreu-se a uma metodologia qualitativa, aplicando-se uma entrevista semi-estruturada, com posterior análise de dados através do software QSR *Nvivo*. A análise dos dados permitiu reflectir sobre uma conceptualização sistémica de identidade conjugal, tomando-a como uma terceira entidade que emerge da interacção, ao longo do tempo e num contexto, entre múltiplos elementos: um “eu”; um “tu”; a unidade diádica (“relação” cujo contorno será o vínculo afectivo) nascida da co-existência interactiva entre o “eu” e o “tu”; e o sentido de nós que emerge da relação. As “vozes” dos participantes parecem revelar uma natureza substancial da identidade conjugal composta por duas grandes dimensões – a afectiva e a organizacional -, cada uma das quais incluindo múltiplos componentes, quatro dos quais emergiram como principais marcadores da solidez da identidade: sentido de nós, qualidade da comunicação, vínculo afectivo e diferenciação conjugal.

Ao nível das diferenças de sexo, situação relacional e tempo de relação, os resultados sugerem que a auto-revelação é mais relevante para as mulheres, e que a eficácia relacional é mais relevante para os homens. A auto-revelação, compreensão e união é mais relevante para casais em coabitação conjugal. Relativamente ao tempo de relação, a compreensão é mais importante para os casais com relações de curta duração,

enquanto a cumplicidade e o sentido de nos-“us” é mais importante para casais com relações de longa duração.

Palavras-Chave: identidade conjugal; dimensão afectiva; dimensão organizacional; sexo; situação relacional; tempo de relação

Abstract

This research aims to explore the construct of couple identity, to understand its properties, to explore its substantial nature and to identify its signs of strength, taking into account differences of sex, different relational status (marriage vs. marital cohabitation) and length of relationship. The exploratory study was conducted with a convenience sample comprised of 21 participants (13 females and 8 males). Based on constructivist paradigm and qualitative methodology, a semi-structured interview was conducted, with subsequent data analysis using *QSR NVivo software*. The data analysis allowed us to reflect on a systemic conceptualization of couple identity, taking it as a third entity that emerges from the interaction, over time and in a context, between multiple elements: an "I"; a "you"; a dyadic unit ("relationship" whose contour is the emotional bond) born of interactive co-existence between the "I" and "you"; and the sense of "us" which emerges from the relationship. The "voices" of the participants seem to reveal a substantial nature of couple identity comprised of two large dimensions - the emotional and organizational -, each one including multiple components, four of which have emerged as key markers of the solidity of identity: sense of "us", quality of communication, emotional bond and couple differentiation.

In terms of differences of sex, relational status and length of relationship, the results suggest that self-disclosure is more relevant to women, and relational effectiveness is more important to men. Self-revelation, understanding and unity are more relevant to cohabitant couples. Finally, considering the length of the relationship, understanding is more important for couples with short term relationships, while complicity and sense of "us", are more important for couples in long term relationships.

Keywords: couple identity; affective dimension; organizational dimension; sex; relational situation; relationship

Índice

<i>Introdução</i>	1
<i>Enquadramento Teórico</i>	3
Breves considerações sobre o conceito de identidade	4
Breves considerações sobre o conceito de identidade familiar	5
Como definir e compreender Identidade Conjugal?	7
<i>Processo Metodológico</i>	14
Enquadramento Metodológico	14
Desenho da Investigação	16
Questão Inicial.....	16
Mapa conceptual	17
Objectivos	17
Estratégia Metodológica.....	18
Participantes	18
Instrumentos	19
Questionário Sócio-Demográfico	19
Entrevista Semi-estruturada.....	19
Procedimento de Recolha de Dados	20
Procedimento de Análise de Dados.....	21
<i>Apresentação e Discussão de Resultados</i>	23
A Natureza Substancial da Identidade Conjugal.....	23
Dimensão Afectiva	29
Dimensão Organizacional	40
Marcadores de Solidez da Identidade Conjugal	43
Propriedades da Identidade Conjugal – Eu, Tu, Nós e o Tempo	45
<i>Reflexões Finais</i>	49
<i>Referências Bibliográficas</i>	56

Nota – a presente dissertação foi redigido respeitando as regras do antigo Acordo Ortográfico

Índice de Figuras

<i>Figura 1- Mapa Conceptual.....</i>	<i>17</i>
<i>Figura 2 - Categorias de 2ª ordem e respectivas sub-categorias de 1ª ordem.....</i>	<i>26</i>
<i>Figura 3- Categorias de 3ª ordem e respectivas sub-categorias de 2ª ordem.....</i>	<i>27</i>
<i>Figura 4 – Categoria Temporalidade de 2ª ordem e respectivas sub-categorias de 1ª ordem.....</i>	<i>45</i>
<i>Figura 5 – Teia Relacional da Natureza Substancial da IC.....</i>	<i>47</i>
<i>Figura 6 – Contributo para uma conceptualização sistémica de identidade conjugal .</i>	<i>53</i>

Índice de Anexos

<i>Anexo A – Árvore de Categorias.....</i>	<i>69</i>
<i>Anexo B – Componentes dimensionais (categorias de 2ª ordem) e definição operacional dos respectivos elementos componenciais (categorias de 1ª ordem).....</i>	<i>71</i>
<i>Anexo C – Quadros de diferenças de componentes e elementos dos diferentes grupos</i>	<i>75</i>
<i>Anexo D – Questionário Sociodemográfico.....</i>	<i>78</i>

Introdução

A ideia das relações de casal, enquanto universo partilhado, a partir do qual se desenvolve uma representação da relação enquanto unidade, e não um mero conjunto de dois indivíduos, tem vindo a ser defendida por diversos autores que afirmam a importância da identidade conjugal enquanto fonte de significado único em cada casal (Garrido & Acitelli, 1999; Miller & Caughlin, 2013) e como tal, factor significativo na promoção da relação (Acitelli, Rogers, & Knee, 1999; Badr, Acitelli, & Taylor, 2007; Miller & Caughlin, 2013).

A evidência empírica demonstra que as representações cognitivas do outro e do *self* enquanto unidade se relacionam com níveis mais elevados de satisfação conjugal, qualidade, estabilidade conjugal, intimidade e compromisso (Acitelli et al., 1999; Badr et al., 2007; Johnson, Caughlin, & Huston, 1999; Williams-Baucom, Atkins, Sevir, Eldridge, & Christensen, 2010). Contudo, a identidade conjugal tem sido, em termos de investigação empírica, um tema negligenciado (Miller & Caughlin, 2013; Monarch, 2004; Scabini & Manzi, 2011).

A presente investigação com uma amostra de indivíduos portugueses em situação relacional actual de conjugalidade (casamento ou coabitação conjugal), pretende, através de um paradigma constucionista e de uma metodologia qualitativa, explorar o constructo de identidade conjugal, tentando alcançar os seus significados (conceito de uma forma mais lata e abstracta), a sua natureza substancial (quais as peças que a criam) e a sua solidez (quais as peças que a mantém). Para tal, esta dissertação encontra-se organizada em três capítulos: o primeiro capítulo apresenta o enquadramento teórico que compreende a revisão de literatura; o segundo capítulo apresenta e descreve o processo metodológico; o terceiro capítulo refere-se à apresentação e discussão dos resultados obtidos, de acordo com os objectivos da

investigação. Finalmente, numa última secção, apresentamos as principais conclusões e reflexões, bem como os contributos e os limites do nosso estudo.

Enquadramento Teórico

Apesar de as relações de casal continuarem a ser particularmente importantes para o bem-estar dos indivíduos (Norlin & Broberg, 2013; Pasipanodya et al., 2012; Wittenberg et al., 2010), a taxa de rupturas e divórcios tem-se mantido, nas últimas décadas, em linha ascendente (Narciso & Ribeiro, 2009). Tal contradição poderá ser parcialmente explicada pelo facto de o casal contemporâneo se debater, como afirma Féres-Carneiro (1998), com duas forças paradoxais, a individualidade e a conjugalidade. Tais forças paradoxais poderão, eventualmente, contribuir para uma maior dificuldade na construção do “absoluto de casal” (Caillé, 1991), ou seja, na construção de uma identidade de casal a partir de duas identidades individuais. Considerando que este “absoluto do casal”, ilustrado pela fórmula “1+1=3” (Caillé, 1991), é essencial para o desenvolvimento e manutenção de conjugalidades satisfeitas (Badr et al., 2007; Williams-Baucom et al., 2010), será fundamental, no âmbito da Psicologia da Família, aprofundar o conhecimento sobre identidade conjugal dadas as possíveis implicações ao nível da prevenção do divórcio e da terapia conjugal. A necessidade de explorar esta temática justifica-se, ainda, pelo facto de constituir uma lacuna ao nível da literatura empírica (Miller & Caughlin, 2013; Monarch, 2004; Scabini & Manzi, 2011), por contraste com a identidade individual e identidade social, áreas com uma forte saturação de estudos empíricos (e.g. Haslam, et al., 2008; Hogg & Reid, 2006; Onorato & Turner, 2004) Neste sentido, pretende-se, com o presente estudo¹, e através de uma abordagem qualitativa, clarificar o constructo de identidade conjugal, a partir de entrevistas a

¹ Projecto de investigação de Ana Catarina Duarte Branquinho, no âmbito do Programa Inter-Universitário de Doutoramento em Psicologia, especialidade de Psicologia Clínica e área temática de Psicologia da Família e Intervenção Familiar, a decorrer na Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa e na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, sob a orientação da Professora Doutora Isabel Narciso e co-orientação da Professora Doutora Carla Crespo. Constitui um dos objectivos deste projecto propor uma conceptualização sistémica de identidade conjugal.

indivíduos em situação relacional de conjugalidade, bem como explorar diferenças em função do sexo, situação de casamento vs. coabitação, e tempo de relação.

Breves considerações sobre o conceito de identidade

Segundo Vignoles, Regalia, Manzi, Golledge e Scabini (2006), a identidade é um conceito subjectivo da pessoa sobre si mesmo. Por outro lado, de acordo com Vignoles, Schwartz e Luyckx (2011), a identidade não é apenas o que o próprio pensa ser, individual ou colectivamente, mas também como se comporta no mundo interpessoal e na interacção grupal. Estes mesmos autores diferenciam identidade individual e relacional, incluindo, na primeira, aspectos que definem o indivíduo a nível pessoal como objectivos, valores, crenças, medos e desejos, e, na segunda, diferentes papéis tais como ser filho, esposo, pai, colega ou chefe, considerando não apenas as funções de cada papel, mas também a forma como são interpretados e integrados pelo sujeito.

No mesmo sentido, a teoria dialógica do *self* (Hermans, 2001) salienta a necessidade de distinguir o “*I*” – a vertente do *self* mais independente dos outros, o “eu” que conhece, organiza e interpreta subjectivamente a realidade - do “*Me*” – a vertente social do *self*, o “eu” que é conhecido e interpretado pelos outros. A coexistência do “*I*” e do “*Me*” remete para a noção relacional de “outro-no-*self*”, pressupondo que os outros (o social) constituem uma parte do *self* (Hermans, 1996, 2001; Ribeiro & Gonçalves, 2011). O “*I*” pode ser considerado como um “autor” que constrói uma história na qual o “*Me*” é um actor sujeito à interpretação dos outros. O *self* dialógico implica uma multiplicidade dinâmica de posições de um “*I*” (autor) agido por um “*me*” (actor) – como filho, pai, amigo empregado, estudante, etc. – em permanente interacção, o que traduz um *self* que, sendo um todo, se movimenta na relação entre as várias posições, várias vozes, mais ou menos sintónicas ou mais ou menos conflitantes, e que afecta e é

afectado pelas vozes dos outros, pelo social, pelo colectivo (Hermans, 1996, 2001, 2008, 2012; Rasgatt, 2000; Ribeiro & Gonçalves, 2011).

O interesse pela relação entre *self* e colectivo é notório na Psicologia Social, e muito particularmente na abordagem interaccionista que postula que, para a compreensão do indivíduo no grupo é necessário compreender o grupo no indivíduo (Haslam, Reicher, & Reynolds, 2012). Enquadrada nesta abordagem, a teoria da Identidade Social constrói a tese de que as pessoas definem o seu sentido de *self* em termos de identidade social, de pertença a grupos significativos, (Haslam, Jetten, Postmes, & Haslam, 2009; Haslam, Reicher, & Levine, 2011; Haslam et al., 2012), dado que o sentido de “quem somos nós” está associado a uma intensa carga emocional, e é essencial para o sentido de pertença a determinados grupos e de não pertença a outros grupos (Amâncio, 2006; Haslam et al., 2009). Esta identidade colectiva ou social decorre do facto de a pessoa, através de um processo de categorização e comparação social, conseguir perceber semelhanças e diferenças entre si e os outros, atribuir significados, e desenvolver processos de identificação (Ashmore, Deaux, & McLaughlin-Volpe, 2004) que levam a um sentido subjectivo de pertença ou “*we-ness*” (Turner, 1982). Deste modo, em sistemas significativos – casais, família, amigos, grupos desportivos, religiosos, etc. –, as pessoas consideram cada membro como um “nós” e não como um “outro”, ou seja, os membros do grupo não são externos ao sentido de *self*, mas sim internalizados e incorporados no sentido global de *self*, tornando indissociáveis a identidade pessoal e social (Haslam et al., 2008).

Breves considerações sobre o conceito de identidade familiar

A família – pequeno grupo bem organizado, permanente no tempo e com um elevado grau de unidade - é um sistema social emocionalmente significativo, sendo o

motor do nascimento e desenvolvimento da identidade individual e de um sentido único de família – identidade familiar (Scabini & Manzi, 2011)

De acordo com Scabini e Manzi (2011), a identidade familiar é suportada por três princípios:

- Organizacional, porque a família é um sistema organizado hierarquicamente, com uma estrutura interna e com características únicas, permitindo que se formem os primeiros fundamentos da socialização, sendo, deste modo, uma ligação com o contexto sócio-cultural. Nas relações familiares existem dois tipos de relações fundamentais – a relação de casal e a relação pais-filhos. A relação de casal permite que se apreendam e aprendam relações de género, e a relação pais-filhos potencia o desenvolvimento diferenciado de papéis, a noção de hierarquia, e o sentido de responsabilidade inter-geracional;
- Simbólico, porque as relações familiares têm uma base afectiva que se relaciona com a confiança e a esperança, e uma base ética que se relaciona com a justiça, ambas essenciais para o desenvolvimento de laços familiares. A confiança é a estrutura da relação, dado que constitui um alicerce para o equilíbrio entre independência e interdependência;
- Dinâmico, porque as relações familiares estão em permanente mudança num movimento entre dar, receber e retribuir, o qual pode assumir um significado mais instrumental (dar, receber e retribuir, em termos de utilidade) ou sobretudo moral (dar, receber e retribuir, em termos de dever ético) ou afectivo (dar, receber e retribuir incondicional).

Uma vez que a família é um sistema, e a primeira etapa da formação deste sistema é o casal (Relvas, 2004), este será inicialmente o próprio sistema familiar, sendo o seu fundador. Segundo Olderbak e Figueredo (2012), as relações românticas são como sistemas complexos que variam consoante os participantes envolvidos, sendo as características dos elementos, as componentes do sistema, que o tornam único, uma vez que o sistema surge da “dança” de todas as variáveis dos dois elementos fundadores. Deste modo, como referem Branquinho, Narciso e Crespo (2013, p. 11), “parece legítimo considerar que a identidade conjugal é constituída pelo sentido internalizado de cada membro de ser parte da unidade casal”.

Como definir e compreender Identidade Conjugal?

Vários autores têm vindo a propor conceitos que se podem aproximar do universo do constructo de identidade conjugal, tais como “absoluto de casal” (Caillé, 1991), “sentido de nós” (Satir, 1978), “nós colectivo” (Lemaire, 1984), “relação como uma equipa, isto é, um nós” (Stanley & Markman, 1992), “universo partilhado” (Féres-Carneiro, 1998), “inclusão do outro no *self*” (Aron, Aron, & Norman, 2001), “aquisição de um sentido de *we-ness*” (Surra & Bartell, 2001), “*we-ness*” (Fergus & Reid, 2001), “terceira entidade” (Badr et al., 2007; Cigoly & Scabini, 2006) e “interdependência cognitiva” (Agnew, Van Lange, Rusbult, & Langston, 1998). As diferentes referências parecem apontar para a ideia consensual da emergência de uma identidade partilhada - representação cognitiva do *self* e do outro como unidade - que é constituída essencialmente por um sentido de nós (“*we*” - a visão que o casal tem de si enquanto casal) e por um sentido de nos (“*us*” - a visão que o casal tem das percepções dos outros relativamente a si enquanto casal) (Branquinho et al., 2013). Assim, a partir da revisão de literatura efectuada, parece pertinente afirmar que a noção de identidade conjugal

parece estar associada a três constructos principais: sentido de nós (*we-ness*), interdependência cognitiva e inclusão do outro no *self*.

O conceito de *we-ness*² parece ser indissociável de um “Eu”, um “Tu” e um “Nós”, remetendo para uma perspectiva de complexidade sistémica (Morin, 1994), de acordo com a qual são as partes e a relação entre elas que permitem o emergir de uma entidade única com um sentido único. Ou seja, este sentido de nós reflecte o modo como os indivíduos transcendem a sua individualidade, de forma a estabelecer uma identidade relacional (Dalton, 2005). Ou, ainda, poderá ser definido como algo inconsciente que implica a participação do casal na construção de uma realidade implícita e colectiva que será moldada e integrada na identidade de cada elemento do casal (Fergus & Reid, 2001). “Nós” não significa a integração completa do outro, mas sim, a integração da relação com a ajuda do outro, sendo que não só as semelhanças, mas também as diferenças entre o eu e o outro, são essenciais para a construção do sentido de identidade relacional (Reid, Dalton, Laderoute, Doell, & Nguyen, 2006). O sentido de nós implica, ainda, a co-existência de interdependência e autonomia, ou seja, é preciso ser “um” sendo “dois” (Féres-Carneiro, 1998). Numa investigação conduzida por Feeney (2007), com 115 casais num primeiro estudo, e 165 casais num segundo, em que o objectivo era explorar os constructos de interdependência e autonomia, evidenciou-se que, quer o constructo de interdependência, quer o de autonomia estão ligados positivamente com a satisfação nas relações, ou seja, para a manutenção de uma relação percebida como satisfatória, é preciso que cada elemento do casal se sinta dentro da relação, isto é, é preciso que haja interdependência (Reid et al., 2006).

O sentido de identificação mútua com a relação proporciona, a cada membro, um sentimento de pertença e conforto, com o próprio e com o parceiro, que gera

² Daqui em diante, utilizaremos o termo “nós” enquanto entidade como tradução de “*we-ness*” (considerando que o prefixo “ness” na língua inglesa se refere a substantivos abstractos).

satisfação na própria relação (Dalton, 2005). Como tal, estudos vários indicam que o estabelecimento de um sentido de nós - identidade relacional - é a base para uma relação satisfeita (Reid et al., 2006; Sillars, Shellen, McIntosh, & Pomegranate, 1997; Simmons, Gordon, & Chambless, 2005). Também num estudo realizado por Fergus (2011), com 5 casais, em que um dos elementos era portador de doença crónica, verificou-se que o sentido de nós está positivamente associado à capacidade de adaptação à doença, promovendo nos casais respostas mais adaptadas. Badr e colaboradores (2007), num estudo empírico, com 92 cônjuges saudáveis, que tinha como objectivo estudar o efeito mediador da identidade conjugal (definida como ver-se a si mesmo como parte da relação, e esta fazer parte do seu auto-conceito) entre o stress e a saúde mental do cuidador de um cônjuge com doença crónica, concluíram que uma forte e integrada identidade conjugal, parece ajudar o elemento do casal a aceitar e integrar o seu papel de cuidador. Miller e Caughlin (2013), num estudo com uma amostra de 35 sobreviventes de cancro e 25 parceiros de sobreviventes de cancro verificaram que a identidade conjugal vai sendo renegociada entre os elementos do casal, devido à introdução de novos papéis (ex: cuidador e paciente), integração essa, que só é possível graças à adaptação dos indivíduos à nova identidade conjugal.

Ao nível da comunicação, o sentido de nós torna-se evidente pela utilização do sistema de linguagem quando os casais falam sobre as suas experiências conjuntas e utilizam pronomes plurais (como “nós” e “nosso”) quando falam dos próprios. O estudo de Slatcher, Vazire e Pennebaker (2008), com uma amostra de 68 casais, em que o objectivo era avaliar como é que a utilização de palavras específicas por casais, nas suas conversações de texto diárias, se relaciona com a estabilidade e qualidade da relação conjugal, os resultados evidenciaram que o uso do pronome “nós” se relaciona com a satisfação e a estabilidade conjugal. No mesmo sentido, o estudo de Sillars e

colaboradores (1997), com 120 participantes, em que o objectivo era perceber como é que o uso da linguagem em conversas conjugais reflecte a natureza e a definição de relações próximas, permitiu constatar que a menor utilização de pronomes pessoais (como “eu” e “meu”) está associado a casais mais felizes do que aqueles que usam mais estes pronomes. Estes dados são consonantes com a noção próxima de identidade de Acitelli e colaboradores (1999) como sendo a capacidade da pessoa para se ver a si mesma como uma parte importante do casal, ou a de Badr e colaboradores “*ver a relação em si mesma como uma entidade, em vez de se ver apenas dois indivíduos*” (2007, p. 213), ou, ainda, de Miller e Caughlin (2013) que definem a identidade conjugal como a sensação que os parceiros têm de si mesmos como uma unidade.

A interdependência cognitiva refere-se a uma representação do *self* como uma parte integrante de um *self* colectivo que integra também o *self* do parceiro (Agnew et al., 1998). Numa investigação realizada com 200 sujeitos, no primeiro estudo, e 76, no segundo, onde o objectivo era analisar a interdependência cognitiva e o compromisso, verificou-se que o aumento do compromisso nas relações de casal promove a interdependência cognitiva e que, por sua vez, esta se associa a um número considerável de indicadores de saúde da relação (e.g., satisfação relacional; centralidade da relação na vida do indivíduo) (Agnew et al., 1998). Karremans e Lange (2008), com recurso a uma amostra de 57 participantes, num primeiro estudo, e 78, num segundo estudo, avaliaram a relação entre perdão e interdependência cognitiva. Os resultados demonstraram a importância do compromisso, mas especialmente do perdão, para o desenvolvimento da interdependência cognitiva, sendo que o perdão parece ter uma ligação bidirecional com o constructo de interdependência cognitiva.

No mesmo sentido, Aron e colaboradores (1991) pretendem significar, com o conceito de inclusão do outro no *self*, que cada parceiro incorpora partes do outro no seu

self. A maior ou menor inclusão do outro no *self* tem, de acordo com os autores, um importante papel no desenvolvimento, manutenção e até dissolução das relações, dado que modifica a forma como a informação é processada e percebida.

Um estudo de Acitelli (1988), com 42 casais casados, tinha como objectivo explorar a percepção do casal quando comunicava sobre a própria relação. Os resultados demonstram que os parceiros que se percebem como uma sobreposição entre o eu e o outro (a inclusão do outro no *self*) são casais mais felizes do que os casais que se percebem como duas pessoas distintas.

Num estudo de Aron, Aron e Smollan, (1992), com uma amostra de 208 participantes e com o objectivo de explorar a utilidade da Escala de Inclusão do Outro no *Self*, verificou-se que casais com um nível mais elevado de inclusão do outro no *self*, sentem-se mais satisfeitos com a relação.

Acitelli e colaboradores (1999), com uma amostra de 238 casais, tinham como objectivo perceber se a identidade conjugal modera a ligação entre pensar positivamente na relação e a satisfação com a mesma. Os autores constataram que a identidade conjugal (avaliada pela tendência de se ver a si próprio como parte da relação) modera a relação entre os pensamentos positivos (relativos à relação) e a satisfação conjugal.

Monarch (2004), através de uma amostra de 39 casais e com o intuito de explorar o papel e a relação entre a identidade conjugal e satisfação conjugal e individual, verificou que o sentido de identidade conjugal (sentido de unidade) parece ser um aspecto positivo nas relações conjugais, proporcionando aos homens uma percepção de suporte e de segurança, e protegendo as mulheres de sintomatologia depressiva. Também Mancini e Bonanno (2006), com uma amostra de 1532 indivíduos casados, com uma idade igual ou superior a 65 anos, pretendiam avaliar o impacto da dimensão emocional no casamento relativamente ao ajustamento a questões

incapacidade. Os resultados evidenciaram que a proximidade conjugal, avaliada através de uma escala de ajustamento diádico, se encontra negativamente associada com a depressão e ansiedade, mas a sua associação com a auto-estima é positiva.

Em suma, os estudos empíricos parecem demonstrar que os casais que se vêm como uma unidade – elevado sentido de nós, inclusão do outro no self, interdependência cognitiva – apresentam níveis mais elevados de satisfação conjugal, intimidade, compromisso, estabilidade e resiliência (para uma revisão mais detalhada, ver Branquinho et al., 2013). Tal como referem Acitelli e colaboradores (1999), para o sucesso da relação, é necessário que cada elemento do casal desenvolva e mantenha a identidade conjugal.

Contudo, e apesar da literatura que refere que o sentido de nós, a interdependência cognitiva e a inclusão do outro no *self*, são essenciais para a satisfação e qualidade da relação, a noção de identidade conjugal continua a carecer de clarificação e a suscitar uma multiplicidade de interrogações. Qual a sua natureza substancial, ou seja, quais os seus contornos e quais os seus ingredientes? Quais as suas propriedades, ou seja, as qualidades que lhe são inerentes? Quais os marcadores de solidez da identidade conjugal? Quais os factores causais principais? Como se processa a construção e desenvolvimento da identidade conjugal? Que factores a influenciam? Quais as suas funções? Quais as suas consequências relacionais, individuais e contextuais? Homens e mulheres vivenciam a identidade conjugal de forma distinta? A identidade conjugal é experienciada de igual modo em situação relacional de casamento e em situação de coabitação conjugal? O tempo de relação altera o modo como se percebe a identidade conjugal?

Com o presente estudo, de natureza qualitativa, pretendemos, através das vozes de participantes (homens e mulheres) em situação de conjugalidade (casamento e

coabitação conjugal), clarificar algumas destas questões - Qual a sua natureza substancial, ou seja, qual a “matéria” que a constitui? Quais as suas propriedades, ou seja, as qualidades que lhe são inerentes? Quais os marcadores de solidez da identidade conjugal?

Processo Metodológico

O presente capítulo guia-nos através das etapas que caracterizam o processo metodológico. Para tal, encontra-se dividido em duas seções: a primeira, apresenta e descreve um conjunto de conceitos e pressupostos que orienta e serve de base para a investigação – paradigma de investigação; e a segunda, apresenta e descreve os aspectos metodológicos que dão consistência à investigação desenvolvida.

Enquadramento Metodológico

Nesta investigação, pretende-se identificar as significações de identidade conjugal. Assim sendo e, de acordo, com Schwandt (1994) deve ter-se em conta os significados subjectivos que cada participante atribui à realidade e a forma como apreende, compreende e se adapta à realidade que o rodeia. Neste sentido, considera-se relevante a realidade em que cada participante está imerso.

Considerando o objectivo desta investigação, optou-se pela utilização do paradigma construcionista como sistema de valores, crenças e pressupostos associados ao processo científico que norteiam o investigador nas posições ontológicas (traduz a forma como o investigador encara a realidade e o que considera ser possível saber sobre essa mesma realidade), epistemológicas (retracta a natureza da relação entre o investigador e o objecto de estudo) e metodológicas (métodos utilizados pelo investigador para alcançar o conhecimento) (Guba & Lincoln, 1994).

O paradigma construcionista adopta, do ponto de vista ontológico uma posição relativista, sendo a realidade resultado de uma construção social (Locke, 2001), contemplando as múltiplas realidades construídas e vivenciadas por cada sujeito da investigação; inspira-se numa epistemologia subjectivista e transaccional, onde a realidade social é criada na mente daquele que a conhece, contudo as construções individuais só emergem e se refinam através da interacção entre investigador e os

sujeitos da investigação (Daly, 2007); e baseia as suas características metodológicas nos conceitos da hermenêutica, análise e interpretação, pois o que importa são os significados atribuídos ao que acontece com o intuito de alcançar uma compreensão interpretativa resultante das opiniões dos sujeitos em interacção com o investigador (Guba & Lincoln, 1994), em vez de análise de variáveis que produza generalizações abstractas (Charmaz, 2011).

De uma forma sintética, pode afirmar-se que o paradigma construcionista incide nas noções de compreensão, significado e acção em que se pretende aceder às múltiplas realidades construídas e vivenciadas por cada sujeito da investigação, ou seja, “saber como interpretam as diversas situações e que significado tem para eles” (Latorre, Del Ricon, & Arnal, 1996, p. 42), tentando “compreender o mundo (...) desde o ponto de vista de quem vive” (Mertens, 1998, p. 11).

Em coerência com as características subjacentes ao paradigma acima mencionado, optou-se por um desenho metodológico qualitativo (Guba & Lincoln, 1994), de natureza qualitativa. Nesta metodologia, o foco está nos processos e nos significados que se retiram dos próprios termos dos participantes, de forma a tentar compreender, com pormenor, as perspectivas e os pontos de vista destes indivíduos sobre o fenómeno em estudo, particularmente sobre o “como” e o “porquê” (Bogdan & Biklen, 1994; Masue, Swai, & Anasel, 2013), com o intuito de gerar ideias, conceitos, combinações, configurações e novos padrões de conhecimento (Dixon-Woods, Booth, & Sutton, 2007) que permitam alcançar maior compreensão sobre o fenómeno em estudo.

Desenho da Investigação

O presente estudo enquadra-se numa investigação mais vasta sobre identidade conjugal³ que tem como objectivo propor uma conceptualização sistémica deste constructo, compreender o seu processo de construção e analisar as suas relações com satisfação conjugal e qualidade de vida.

O nosso estudo é baseado numa amostra de indivíduos em situação de conjugalidade (casamento ou coabitação conjugal) e privilegia, pois, uma abordagem de investigação qualitativa de cariz exploratório mais adequada à compreensão de um fenómeno complexo e relativamente inexplorado na literatura científica (Masue et al., 2013).

Questão Inicial

A investigação mais vasta em que este estudo se enquadra tem como ponto de partida as seguintes questões iniciais – Como se pode conceptualizar a identidade conjugal? Como se constrói a identidade conjugal? Qual o papel da identidade conjugal na satisfação conjugal e na qualidade de vida?

O presente estudo, sendo um recorte da investigação supracitada, e assumindo o seu carácter exploratório, é orientado pela seguinte questão inicial:

Como é a identidade conjugal percebida por indivíduos que vivenciam uma relação de conjugalidade?

³ Projecto de investigação de Ana Catarina Duarte Branquinho, no âmbito do Programa Inter-Universitário de Doutoramento em Psicologia, especialidade de Psicologia Clínica e área temática de Psicologia da Família e Intervenção Familiar, a decorrer na Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa e na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, sob a orientação da Professora Doutora Isabel Narciso e co-orientação da Professora Doutora Carla Crespo.

Mapa conceptual

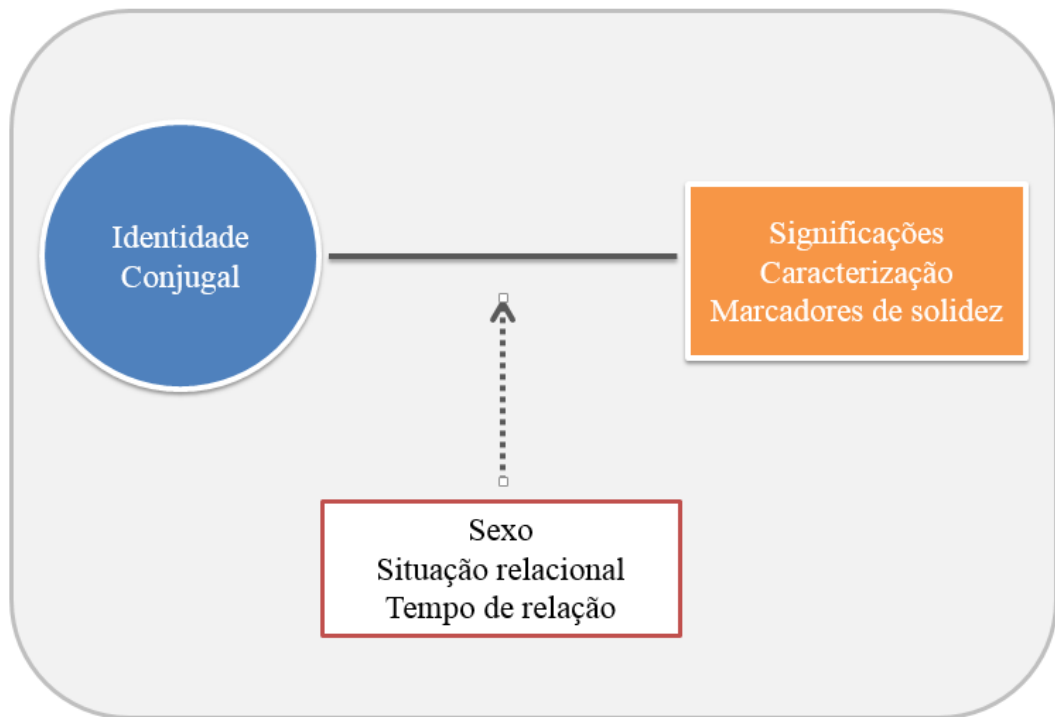


Figura 1- Mapa Conceptual

Objectivos

Em coerência com a questão inicial e com o nosso mapa conceptual, e tendo como finalidade última contribuir para uma conceptualização sistémica de identidade conjugal, foram estabelecidos os seguintes objectivos:

- 1) explorar as significações associadas a identidade conjugal por indivíduos que vivenciam uma situação relacional de conjugalidade;
- 2) perceber a natureza substancial da identidade conjugal na perspectiva de indivíduos que vivenciam uma situação relacional de conjugalidade;
- 3) identificar sinais que evidenciam a solidez da identidade conjugal;
- 4) perceber se as percepções sobre identidade conjugal são diferentes em função do sexo, situação relacional de casamento vs. coabitação e tempo de relação.

Estratégia Metodológica

Participantes

A amostra do estudo foi recolhida através de um processo de amostragem de conveniência, sendo os sujeitos escolhidos de acordo com parâmetros relevantes para o fenómeno em estudo (Daly, 2007), e com recurso à estratégia “bola de neve”, partindo das redes sociais informais dos participantes.

Foram considerados como critérios de inclusão indivíduos com idade superior a 18 anos, com pelo menos nove anos de escolaridade e em situação relacional actual de conjugalidade (casamento ou coabitação conjugal).

Os vinte e um participantes são portugueses, caucasianos e na sua maioria residentes em áreas urbanas, distribuídos pelas regiões da seguinte forma: quinze participantes residem na área centro sul do país (71,4%), cinco na área centro norte (23,8%) e um nos Açores (4,76%). Treze participantes são do sexo feminino (61,9%) e oito do sexo masculino (38,1%). Considerando o tipo de relação conjugal, dos vinte e um participantes, doze são casados (57,1%) e nove (42,9%) estão em situação de coabitação conjugal. Relativamente às relações de casamento, a média de tempo de duração é de 14,5 anos (variando entre 2 e 42 anos; DP=15), enquanto nas relações de coabitação conjugal é de 5,7 anos (variando entre os 2 e os 22 anos; DP=6.2). Na amostra, oito dos participantes em situação de casamento têm filhos (66,6%), verificando-se o mesmo em relação a cinco (55,6%) dos participantes em coabitação conjugal. Nesta situação relacional, um participante (11,1%) não tem filhos mas tem enteados. Relativamente à idade dos sujeitos, a média de idades na amostra é de 37 anos (variando entre 23 e 68 anos; DP=12.3).

No que respeita às crenças dos participantes, dezoito (85,1%) relataram ser crentes e três não professam qualquer crença religiosa (14,3 %). A amostra distribui-se,

em termos de escolaridade, da seguinte forma: um participante tem formação dos 5/6.º anos (4,8 %), três frequentaram os 7/9.º anos (14,3%), oito frequentaram o ensino secundário do 10/12.º anos (38,1%) e nove relatam ter formação superior (38,1%). Finalmente, dezasseis participantes (76,2%) relataram nunca ter tido acompanhamento psicológico ou psiquiátrico e cinco tiveram acompanhamento apenas no passado (23,8%).

Instrumentos⁴

Questionário Sócio-Demográfico

O questionário sócio-demográfico tem como objectivo recolher informação sobre sexo, idade, escolaridade, profissão, zona de residência habitual, estado civil, agregado familiar, situação relacional, acompanhamento psicológico ou psiquiátrico, religiosidade, e número de filhos.

Entrevista Semi-estruturada

A entrevista semi-estruturada, apesar de ser constituída por um número de questões abertas pré-preparadas, de modo a evitar uma dispersão excessiva, é, no entanto, suficientemente flexível, permitindo ao entrevistador introduzir novas questões que não foram previamente delineadas (Wengraf, 2001), aprofundar outras ou, até, eliminar algumas, em função das respostas dos participantes, do seu ritmo e fluência e do seu à-vontade (Craig, 1989).

No presente estudo, foi utilizado o guião de entrevista construído para a investigação de doutoramento supracitada em que este estudo se insere⁵, o qual incluiu:

⁴ No âmbito da investigação para doutoramento, foi ainda aplicado um instrumento de avaliação da satisfação conjugal, o qual não será, aqui, descrito uma vez que a sua análise não se enquadra nos objectivos do presente estudo.

uma primeira etapa de contextualização e explicitação dos objectivos da investigação em curso e da entrevista, e garantia do anonimato e confidencialidade dos dados; uma segunda etapa com questões e tarefas organizadas em blocos temáticos⁶; e uma etapa final de agradecimento pela participação, informação sobre a disponibilidade do Serviço à Comunidade da FPUL como recurso de prevenção ou intervenção terapêutica disponível, e informação sobre a possibilidade de obterem *feedback* sobre os resultados da investigação.

Apesar de termos participado na condução integral de várias entrevistas, bem como na sua transcrição, o processo de codificação e análise de dados do presente estudo circunscreveu-se ao Bloco temático B – Significações e Caracterização de Identidade Conjugal.

Procedimento de Recolha de Dados

Partindo da rede de contactos informais da equipa de investigação, e por um efeito de “bola de neve” em que cada participante indicava outros possíveis participantes, foram sendo efectuados contactos com indivíduos casados e em coabitação conjugal, tendo sido, de imediato, explicados os objectivos do estudo, o formato individual e duração aproximada da entrevista, e garantido o anonimato e a confidencialidade dos dados. Após a verificação da sua disponibilidade para colaborar

⁵ Dado que a investigação supracitada ainda se encontra em curso, o guião não será colocado em Anexo.

⁶ Bloco A – Metáfora da Relação (objectivos gerais: criar um contexto colaborativo; identificar, através de metáforas, pistas sobre a identidade conjugal (IC) e a satisfação conjugal dos participantes); Bloco B – Significações e Caracterização de IC (objectivos gerais: identificar significações e características gerais de IC; compreender, através de tarefas concretas, as características da IC do participante; compreender a relevância da IC para a relação conjugal; identificar marcadores de solidez da IC); Bloco C – Processo de Construção e Desenvolvimento da IC (objectivos gerais: compreender processos de construção, desenvolvimento e desconstrução da IC; identificar factores influentes (de protecção e de risco para a IC) no processo de construção e desenvolvimento da IC; compreender o percurso da IC do participante); Bloco D – O papel da IC (objectivo geral: explorar as funções associadas à IC); Bloco E – Relação da IC com Satisfação Conjugal (objectivo geral: perceber a relação entre o percurso da IC dos participantes e a sua satisfação conjugal); Bloco F – Metáfora da IC (objectivo geral: aceder, através de metáforas, a uma compreensão holística da IC)

voluntária e gratuitamente no estudo, agendava-se a data e o local para a realização das entrevistas, tendo estas decorrido no domicílio dos participantes ou na Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, em função da sua preferência.

As entrevistas foram realizadas por investigadoras da equipa de investigação, estando presentes apenas uma ou duas investigadoras e o participante entrevistado.

Após a solicitação do consentimento informado (através de um documento que o participante lê e rubrica), as entrevistas foram gravadas em áudio, apresentando uma duração média de cem minutos. Posteriormente, procedeu-se à transcrição das mesmas na sua globalidade.

Procedimento de Análise de Dados

Os dados das entrevistas foram analisados com recurso ao *QSR NVIVO* (versão 10), um *software* de análise qualitativa de dados, através de procedimentos comuns às metodologias qualitativas: transcrição de entrevistas, primeira leitura global das entrevistas e depois detalhada com imersão nos dados para melhor compreender o fenómeno em estudo, desenvolvimento de um sistema de códigos com categorias emergentes a partir dos dados (codificação aberta – os dados, num processo de comparação contínua, são agrupados em categorias concretas de 1ª ordem, ou seja, procede-se à nomeação dos dados através de conceitos que os integram. Tais categorias, por sua vez, podem ser agrupadas em categorias mais abrangentes – categorias conceptuais - que incluem diferentes categorias de 1ª ordem) até categorias progressivamente mais abrangentes (codificação aberta; codificação axial – os dados já conceptualizados são reorganizados com base nas ligações verticais e horizontais entre categorias, emergindo categorias que representam ideias centrais), num processo permanente de confronto com os dados e de comparação contínua que permite o

desenvolvimento de temas relevantes, hipóteses e teorias (Smith & Firth, 2011; Strauss & Corbin, 1990).

Apresentação e Discussão de Resultados

Pretende-se, através da análise realizada, dar resposta às questões subjacentes aos objectivos a que nos propusemos, e, assim, contribuir para uma conceptualização sistémica de identidade conjugal.

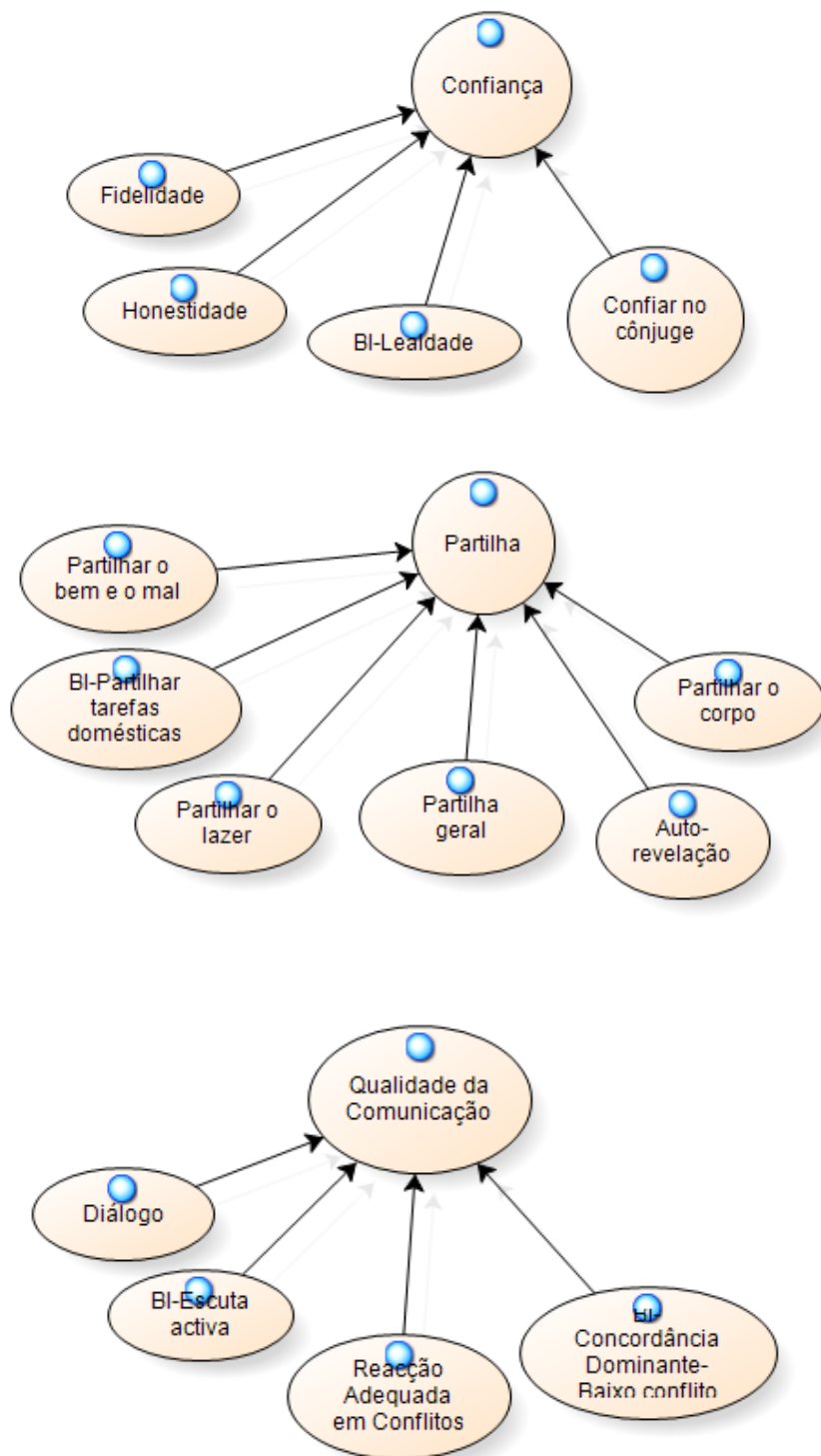
Neste sentido, as respostas às questões e tarefas da entrevista incluídas no bloco temático relativo às Significações e Caracterização de Identidade Conjugal (IC) - que se referiam à identificação de significações, características e sinais de IC e de forte IC, e à caracterização particular da IC do participante - foram primeiramente exploradas, o que nos permitiu aceder à *natureza substancial da IC*. Efectuámos uma análise global, considerando a totalidade da amostra, e análises comparativas em função do sexo, da situação relacional (casamento vs. coabitação) e do tempo de relação (relações curtas e relações longas). Numa segunda fase, limitámos o nosso foco de análise às “vozes” dos participantes relativamente às significações, características e sinais de forte IC para, assim, compreendermos os *marcadores de solidez da IC*. Os resultados que emergiram no decorrer do processo de análise evidenciaram a relevância da *temporalidade* enquanto factor que surgia, no discurso da maioria dos participantes, associado à natureza substancial da IC – em particular, ao sentido de nós e à unidade em dois -, o que nos levou a colocar uma hipótese relativa às *propriedades da IC*.

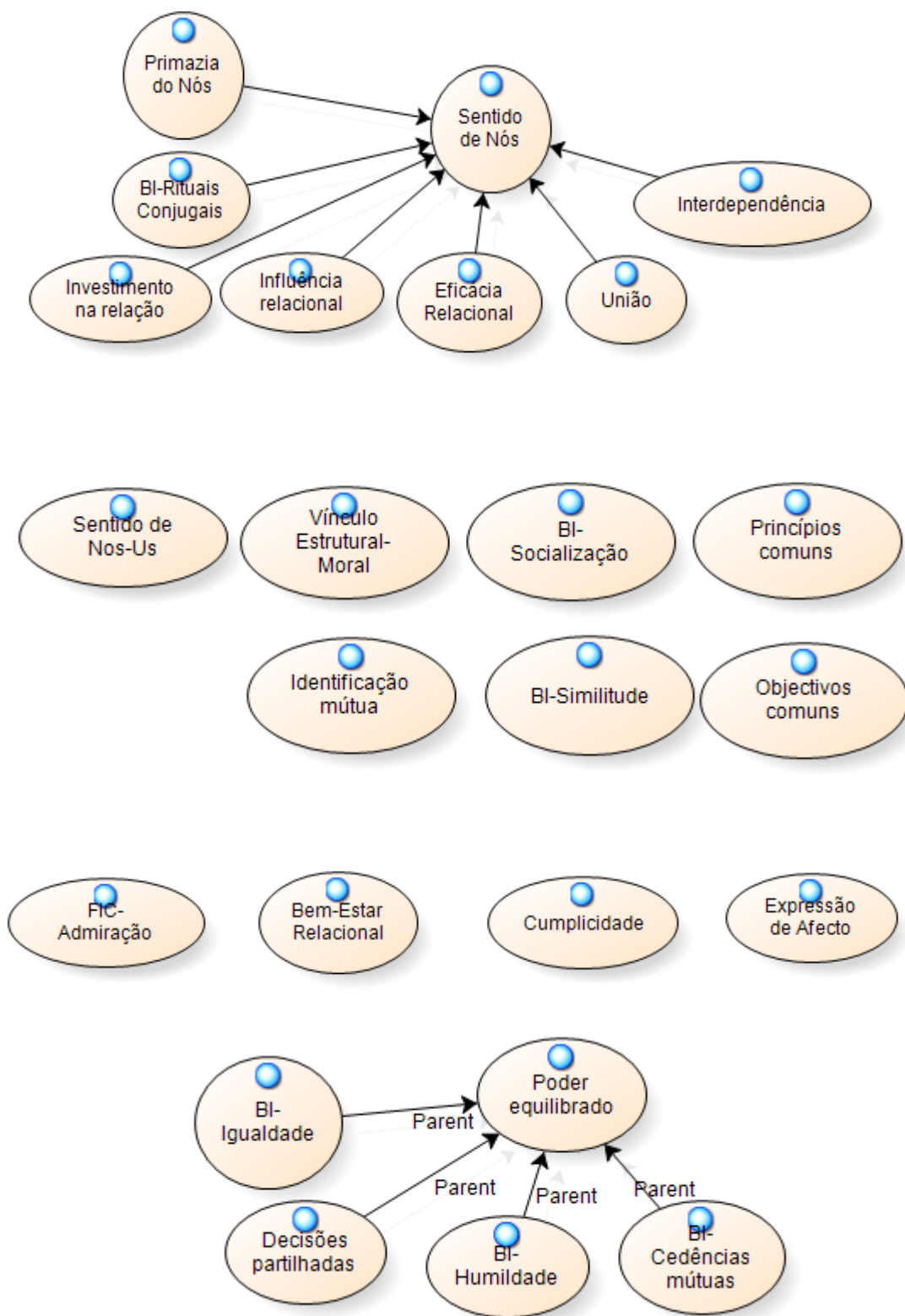
Assim, o presente capítulo encontra-se dividido em três pontos: a natureza substancial da IC, marcadores de solidez da IC, e, por último, propriedades da IC – eu, tu, nós, e o tempo.

A Natureza Substancial da Identidade Conjugal

A análise das respostas permitiu-nos chegar, através de um processo de codificação aberta, a um conjunto de categorias emergentes dos dados (categorias de 1ª ordem) (Anexo B), as quais foram, por um processo de comparação contínua, agrupadas

em categorias conceptuais mais abrangentes (categorias de 2ª ordem como ilustra a Figura 2).





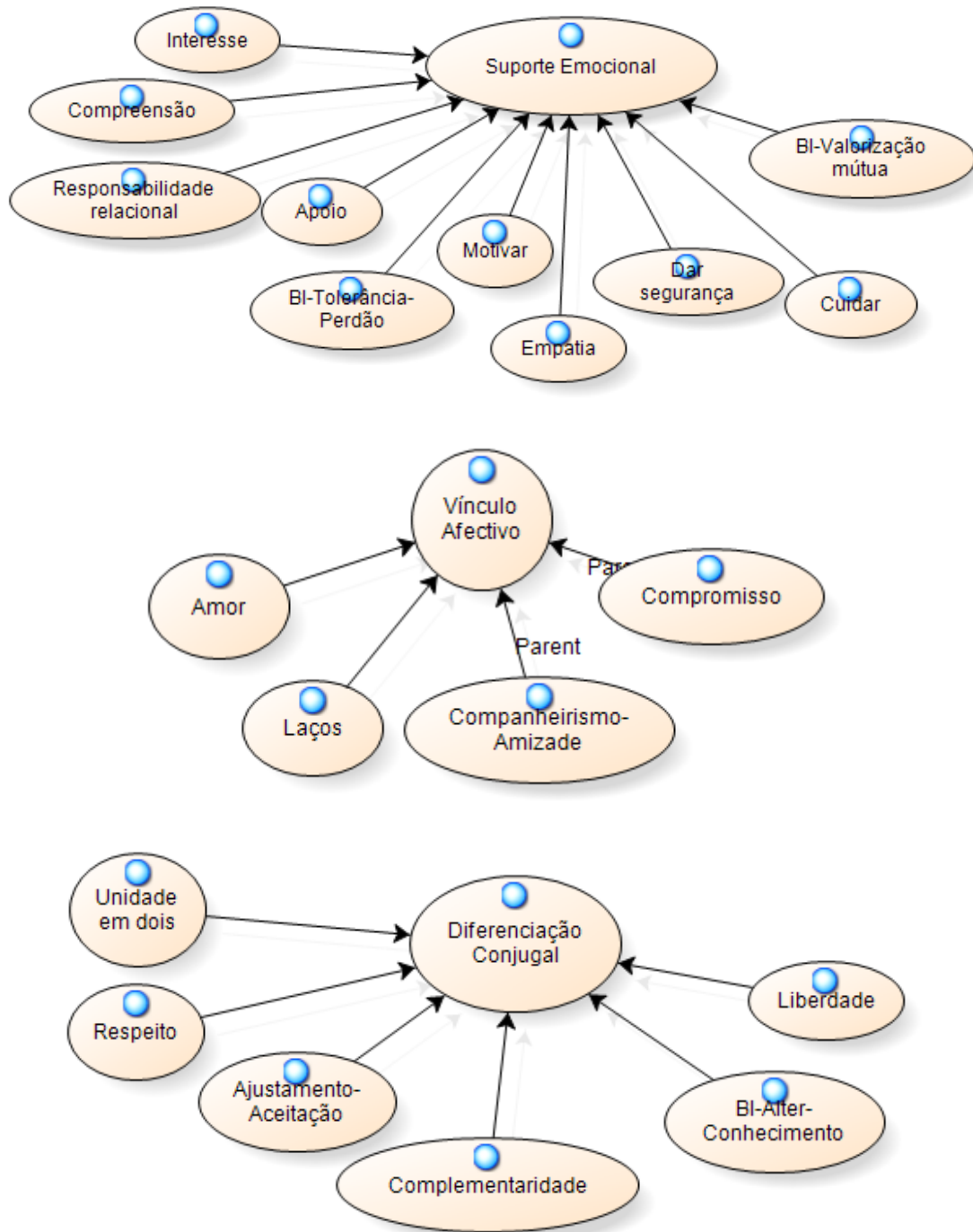


Figura 2 - Categorias de 2ª ordem e respectivas sub-categorias de 1ª ordem

Num passo seguinte de análise, através de codificação aberta e axial, emergiram categorias nodais ainda mais abrangentes (categorias de 3ª ordem, como ilustra a Figura 3).

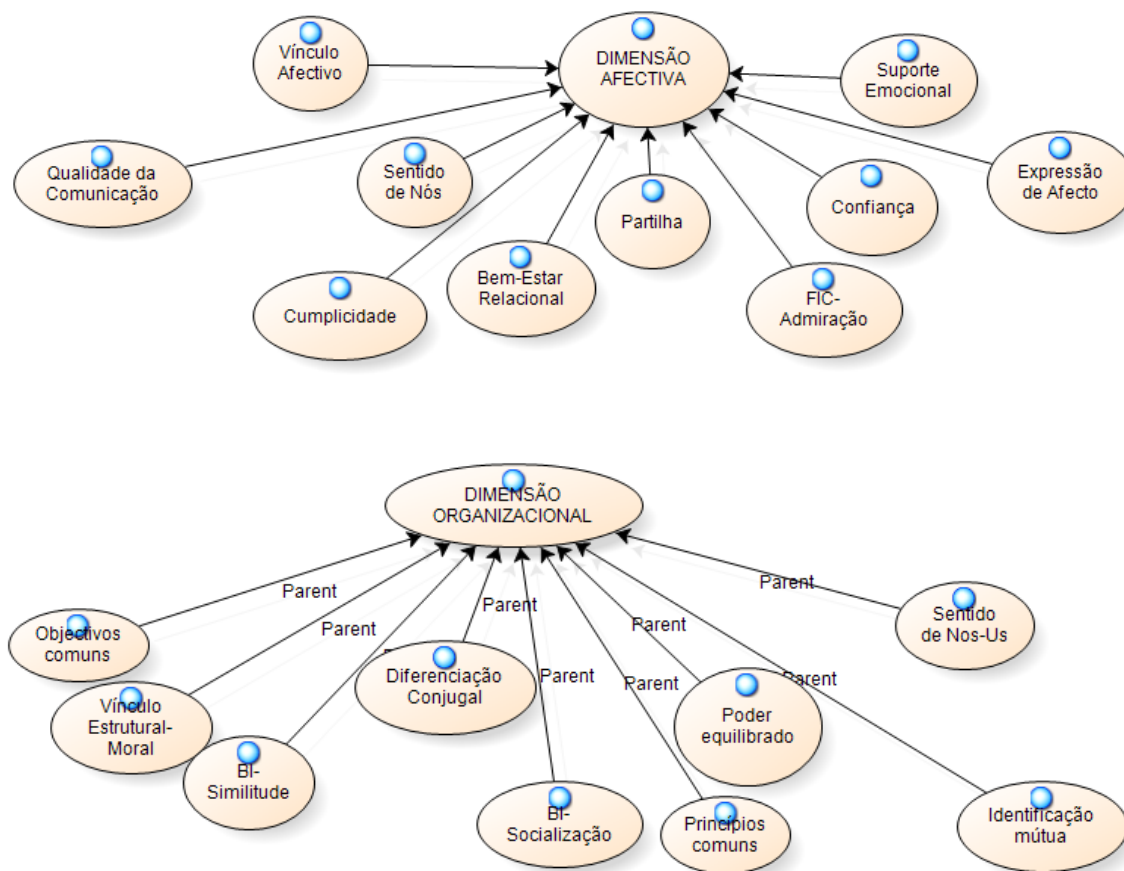


Figura 3- Categorias de 3ª ordem e respectivas sub-categorias de 2ª ordem

A análise efectuada permitiu, pois, o emergir de uma hipótese sobre a substância da IC, no sentido da “matéria” essencial que a constitui. Assim, por hipótese, a natureza substancial da IC inclui duas dimensões centrais – afectiva e organizacional –, cada uma das quais inclui diferentes componentes dimensionais, os quais, por sua vez, incluem diferentes elementos componenciais (Anexo A).

A Dimensão Afectiva remete para uma noção de relações conjugais marcadas e orientadas pelo afecto entre os seus membros (Scabini & Manzi, 2011), incluindo, por isso, as componentes sentido de nós (“We”), vínculo afectivo, confiança, partilha,

suporte emocional, expressão de afecto, cumplicidade, qualidade da comunicação e bem-estar relacional.

A Dimensão Organizacional remete para uma noção mais impessoalizada e estrutural de casal, como um sistema constituído por partes e pela relação entre estas (e os seus atributos), organizado hierarquicamente – ou seja, com relações de poder simétricas ou complementares -, com finalidades comuns, e em ligação com o contexto (Alarcão & Sequeira, 2002; Morin, 1994; Scabini & Manzi, 2011). Nesta dimensão, inclui-se, assim, diferenciação conjugal, poder equilibrado, sentido de nos (“*Us*”)⁷, objectivos comuns, princípios comuns, vínculo estrutural-moral, similitude, socialização e identificação mútua.

Procederemos, agora, a uma apresentação e discussão relativa aos resultados mais relevantes⁸ sobre a natureza substancial da IC, a partir das “vozes” dos participantes, efectuando, sempre que pertinente, comparações entre sexo (feminino vs. masculino), tempo de relação (relações curtas vs. longas) e situação relacional (casamento vs. coabitação conjugal) (Anexo C).

Analisando holisticamente as duas dimensões – Afectiva e Organizacional -, verifica-se que todos os participantes as referem, o que corrobora parcialmente a tese de Scabini e Manzi (2011) relativamente a dois dos princípios – simbólico e organizacional - que os autores consideram que suportam a identidade familiar. Contudo, a Dimensão Afectiva parece ser mais relevante, dado que apenas uma categoria de 2ª ordem não se enquadra nos critérios de relevância definidos, enquanto, na Dimensão Organizacional,

⁷Enquanto o sentido de nós-*we*, equivale à noção de “*I*” do *self*, o sentido de nos-*us* corresponde ao “*Me*”, implicando, pois, uma vertente social (Hermans, 2001), ou seja, o casal que é observado, conhecido e interpretado pelos outros.

⁸ Consideramos a seguinte hierarquização de relevância dos resultados: **muito relevante** – quando uma categoria é referida por, pelo menos, 2/3 das fontes (ou seja, por mais de 13 participantes); **relevante** - quando uma categoria é referida por (aproximadamente) metade mas menos de 2/3 das fontes (ou seja, por 11-13 participantes); **moderadamente relevantes** - quando uma categoria é referida por, pelo menos, 1/3 das fontes mas menos de metade (ou seja, por 7-10 participantes)

apenas três categorias se incluem nos critérios de relevância. Assim sendo, os resultados parecem indiciar a primazia da substância afectiva na IC, o que parece ser similar à identidade social, dada a carga emocional que parece estar fortemente associada ao sentido de “quem somos nós”, e, por conseguinte, ao sentido de pertença a determinados grupos e de não pertença a outros grupos (Amâncio, 2006; Haslam, et al., 2009).

Dimensão Afectiva

Na Dimensão Afectiva, as componentes que os participantes referem como **muito relevantes** são: o *sentido de nós* (21), e, em particular, a primazia do nós (20), embora também seja relevante a união (11) e a eficácia relacional (11); a *qualidade da comunicação* (20), especialmente, o diálogo (15), sendo, ainda, moderadamente relevante, a reacção adequada em conflito (8); o *vínculo afectivo* (19), sendo especificamente fulcrais, o amor (15) e o companheirismo/amizade (15); e o *suporte emocional* (17), destacando-se o apoio (12) e a compreensão (10). Nesta dimensão, sobressaem, ainda, como **relevantes**, a *partilha* (14), em particular a auto-revelação (11) a partilha geral (10); o *bem-estar relacional* (14); a *confiança* (13); e a *cumplicidade* (11). As vozes dos participantes indiciam também a *expressão de afecto* como **moderadamente relevante** (8).

O *sentido de nós* corresponde ao que, na literatura, é referido como *we-ness*, ou seja, uma co-construção e integração de ambas as identidades individuais, onde as diferenças de cada um contribuem para o nós, dando idiosincrasia ao relacionamento (Reid et al., 2006). Todos os participantes definem identidade conjugal através de um sentido de nós que emerge no seio da relação “*É o nós, é a relação (...) eu identifico a*

identidade conjugal com o nós.” (BD; F; C3⁹). O relevo dado ao sentido de nós conjugal parece ser similar ao sentido subjectivo de pertença ou “*we-ness*” referido por Turner (1982) remetendo para a noção de “quem somos nós” fortemente impregnada de uma carga emocional (Amâncio, 2006; Haslam et al., 2009; Brewer, 2007)

Tal sentido de nós é fortemente valorizado por todos os participantes (21),¹⁰ independentemente do género, situação relacional ou tempo de relação - “*Da valorização do nós também, e valorizar o outro e do outro me valorizar a mim. E de valorizarmos o nosso nós*” (SA; F; CC2) -, destacando-se, durante a entrevista, na tarefa de escolha de cartões EU/TU/NÓS¹¹, a primazia do “nós” relativamente ao “eu” e ao “tu” - “*Eu escolho esta, porque eu acho que o Nós é o mais importante*” (SA; F; CC2).

A valorização e primazia do sentido de nós pode evidenciar que os participantes, à semelhança do que ocorre na identidade social, se percebem como parte de um colectivo (Haslam et al., 2011; Haslam et al., 2012) e, como tal, desenvolvem uma identidade orientada para o casal (Agnew, Arriaga, & Wilson, 2008). Tal como na identidade colectiva ou social, cada pessoa recorre a um processo de identificação, aumentando as semelhanças e diminuindo as diferenças relativamente ao seu grupo (Ashmore et al., 2004), também o casal parece recorrer a esta identificação, levando necessariamente a um sentido de união, conseguindo, deste modo ser um, sendo dois

⁹ As citações dos participantes são identificadas por um código com duas letras maiúsculas, seguidas do género (F – Feminino e M – Masculino), tipo de relação (C – Casamento e CC – Coabitação Conjugal) seguido do tempo de relação expresso em anos.

¹⁰ Daqui em diante, colocaremos entre parênteses, o número de participantes que referiram uma determinada categoria.

¹¹ Eram apresentados 4 cartões. Três cartões continham um rectângulo dividido em três partes – eu, tu e nós, e um quarto cartão continha um rectângulo sem divisões: cartão A: eu, tu e nós com a mesma dimensão; cartão B: eu e tu com dimensão maior do que o nós; cartão C: nós com dimensão maior do que eu e tu; cartão D: apenas nós. Pedia-se aos participantes para “escolherem o cartão que melhor representa o espaço que cada um destes elementos ocupa na relação”. Esta tarefa foi aplicada a 20 participantes, tendo-se verificado que: 14 participantes escolheram o cartão C; cinco escolheram o cartão A; um participante escolheu o cartão D.

(Féres-Carneiro, 1998), o que, por sua vez, pode aumentar a percepção de eficácia relacional.

No entanto, a homogeneidade relativamente aos grupos, referente à primazia do nós, não se manifesta nas categorias de 1ª ordem - eficácia relacional e união. Sendo assim, a eficácia relacional é mais importante para os homens (muito relevante; 5) do que para as mulheres (moderadamente relevante; 6), - *“É claro que vai haver momentos melhores e piores, mas o importante é conseguirem ter consciência disso.”* (MD; M; CC3). E por outro lado, a união é mais importante para os casais em coabitação conjugal (muito relevante; 6) do que para os casais casados (moderadamente relevante; 5) - *“estamos muito unidos”* (LD; F; C3); *“somos uma união”* (BD; F; C3).

A *qualidade da comunicação* é fundamental para o conhecimento mútuo, para a resolução de conflitos e problemas e para o desenvolvimento da intimidade (Narciso & Ribeiro, 2009). Relativamente à qualidade de comunicação, não existem diferenças de sexo¹², situação relacional¹³ ou tempo de relação¹⁴, indo ao encontro dos estudos de

¹² Uma vez que o n de participantes femininos é 13 e o n de participantes masculinos é 8, consideramos a seguinte hierarquização de relevância dos resultados: **muito relevante** - quando uma categoria é referida por (aproximadamente), pelo menos, 2/3 das fontes (ou seja, por mais de 8 participantes femininos e mais de 4 participantes masculinos); **relevante** - quando uma categoria é referida por (aproximadamente), pelo menos metade, mas menos de 1/2 das fontes (ou seja, por 7-8 participantes femininos e 4 participantes masculinos); **moderadamente relevantes** - quando uma categoria é referida por (aproximadamente), pelo menos, 1/3 das fontes mas, menos de metade (ou seja, 4-6 participantes femininos e por 3 participantes masculinos).

¹³ Uma vez que o n de participantes casados é 12 e o n de participantes em coabitação conjugal é 9, consideramos a seguinte hierarquização de relevância dos resultados: **muito relevante** - quando uma categoria é referida por, pelo menos, 2/3 das fontes (ou seja, por mais de 7 participantes casados e mais de 5 participantes em coabitação conjugal); **relevante** - quando uma categoria é referida por, pelo menos metade, mas menos de 2/3 das fontes (ou seja, por 6-7 participantes casados e por mais de 4-5 participantes em coabitação conjugal); **moderadamente relevante** - quando uma categoria é referida por, pelo menos, 1/3 das fontes mas, menos de metade (ou seja, por 4-5 participantes casados e por 3 participantes em coabitação conjugal).

¹⁴ Uma vez que o n de participantes com relações de curta duração é 14 e o n de participantes com relações de longa duração é 7, consideramos a seguinte hierarquização de relevância dos resultados: **muito relevante** - quando uma categoria é referida por, pelo menos, 2/3 das fontes (ou seja, por mais de 8 participantes com relações de curta duração e mais de 4 participantes com relações de longa duração); **relevante** - quando uma categoria é referida por mais de metade, mas menos de 2/3 das fontes (ou seja, por 7 e 8 participantes com relações de curta duração e por 3 e 4 participantes de relações de longa duração); **moderadamente relevantes** - quando uma categoria é referida por, pelo menos, 1/3 das fontes,

Acitelli, (1992) e de Gottman e Silver (1999), onde se evidencia a relevância atribuída à comunicação, dada a sua forte associação à satisfação com a vida e com a relação conjugal. No entanto, relativamente ao elemento reacção adequada em conflito, este parece ser mais importante para as homens (relevante; 4) do que para as mulheres (moderadamente relevante; 4) – “*as discussões não são grandes tumultos... é tudo muito relaxado, na calma, estabilidade*” (J; M; CC2) e ser mais importante nas relações curtas (relevante; 7) do que nas relações de longa duração (sem critério; 1). – “*insistirem, insistirem e tentarem chegar a um acordo entre eles*”. (AD; M; C3). Este resultado poderá relacionar-se com o facto de os conflitos constituírem uma ameaça maior para os homens do que para as mulheres, provocando, naqueles, um maior desgaste fisiológico (Gottman & Silver, 1999). Por outro lado, no caso das relações de longa duração, o casal permite-se já desvalorizar as reacções menos adequadas, dado que, pela sua experiência, sabe que a situação será ultrapassada (Schneewind & Gerhard, 2002).

O *vínculo afectivo* poderá ser visto como uma continuação da vinculação na vida adulta, significando que, tal como as crianças, também os membros do casal necessitam de proximidade física e de responsividade emocional, com a vantagem de estarem ambos aptos a retribuir mutuamente este vínculo (Clulow, 2010).

O vínculo afectivo é muito relevante para ambos os sexos. Contudo, as diferenças surgem no elemento amor, uma vez que este parece ser mais importante para as mulheres (muito relevante; 11) do que para os homens (relevante; 4) – “*Acima de tudo tem que haver amor, essa é a base*” (RS; F; C14); “*Eu penso que é assim, um casal com uma forte identidade conjugal, penso que seja um casal que se ame muito*” (AS; F; CC6); “*O amor que eu tinha pelo J. aos 20 anos é diferente do amor que eu*

mas menos de metade (ou seja, por mais de 4 mas menos de 6 participantes com relações de curta duração e por 2 e 3 participantes com relações de longa duração).

tenho agora, tem outras pinceladas, mas continua a ser o amor muito forte” (TT; F; CC22). Estes resultados poderão estar na base daquilo que é referido na literatura - o sentido de identidade e de auto-conceito das mulheres é mais relacional do que o dos homens (Cross & Madson, 1997), ou que variáveis relacionais (que enfatizam a conexão entre os parceiros) são mais importantes para o bem-estar e satisfação conjugal das mulheres do que dos homens (Acitelli, 2002), sendo, por isso, o amor considerado, pelas mulheres, mais relevante para a IC.

Finalmente, relativamente à situação relacional e tempo da relação, no vínculo afectivo não se manifestam diferenças, mas o elemento companheirismo-amizade surgiu como mais importante para os participantes de relações curtas (muito relevante; 11) do que longas (relevante; 4) - *“Então escrevi amigos, porque realmente acho que há uma relação de grande amizade (...) somos um casal porque vivemos juntos e temos uma vida familiar”* (MC; F; CC4); *“E a amizade inclui tudo”* (SD; F; CC3); *“Sem companheirismo não pode existir identidade conjugal”* (MS; F; C2). Este resultado poderá ir de encontro a uma necessidade que poderá estar implícita a relacionamentos de curta duração, uma vez que estes se deparam com bastantes desafios associados a uma adaptação inicial à vida a dois, sendo o companheirismo/amizade uma peça fundamental para a flexibilização de algumas cedências características desta fase (Schneewind & Gerhard, 2002).

Relativamente ao *suporte emocional*, este prende-se com o ter conforto do outro, tê-lo presente para ouvir e ajudar nas mais diversas situações, relacionando-se com a compreensão, a validação e o carinho (Crockett & Neff, 2013; Selcuk & Ong, 2013), o que implica que cada elemento do casal terá de estar disponível e responsivo, permitindo ser a “base social” de suporte do outro (Coan, 2010).

O suporte emocional parece ser muito relevante para ambos os sexos. No entanto, os elementos apoio e compreensão, parecem ser mais importantes para os homens (apoio-5 – muito relevante; compreensão-4 - relevante) do que para as mulheres (apoio-7 - relevante; compreensão-6 - moderadamente relevante) – *“A nossa identidade passa, ao longo da identidade passa por aí, em interajuda”* (MD; M; CC3); *“E os dois já temos que ver se o outro quer ir, se não quer; se lhe apetece, se não apetece. Tem que haver ali compreensão (...) tem de haver compreensão entre os dois”* (TS; M; CC6). Este resultado poderá estar relacionado com a evidência do estudo de Crockett e Neff (2013) onde se demonstra que as mulheres são mais “competentes” a providenciar suporte emocional e os homens são os mais beneficiados nesta componente. Num estudo de Ko e Lewis (2011), verificou-se, ainda, que as mulheres consideram que recebem menos suporte emocional do que os seus maridos.

Quanto à comparação entre as situações relacionais, não se verificaram diferenças relativamente à relevância do suporte emocional, sendo muito relevante para ambos. Contudo, o elemento compreensão parece ser mais importante para a IC no grupo de participantes em coabitação conjugal (muito relevante; 6) do que no grupo de participantes em situação de casamento (moderadamente relevante; 4) - *“Mas muito a compreensão, tipo ele tem, vive as coisas dele ao mesmo tempo que eu vivo as minhas, tipo são coisas independentes, cada um tem a sua... Quer dizer não deixámos de ter os interesses pessoais que cada tinha antes”* (SD; F; CC3). Este resultado poderá relacionar-se com o facto de o casamento ser percebido de forma mais institucional, sendo assimilado mais no sentido de uma relação adquirida e segura, onde o investimento para a sua manutenção é menor do que no caso de relações de coabitação conjugal (Coy & Miller, 2014).

Finalmente, relativamente à duração das relações, na componente suporte emocional também não se apresentam diferenças. Contudo, verificou-se que o apoio parece ser mais importante para os participantes em relações de longa duração (muito relevante; 5), do que para os participantes em relações de curta duração (relevante; 7), sendo a compreensão apenas importante para os participantes de relações de curta duração (muito relevante; 9). *“Vamos encarar os problemas de frente... e tens aqui pessoas cúmplices que te vão ajudar”* (TT; F; CC22); *“entreada na vida, nas coisas que vão surgindo na vida, que às vezes não contamos com elas e estamos cá para ajudar* (EL; F; C42); *“é a compreensão que nós temos um pelo outro, o amor que sentimos, não é? Mas muito a compreensão, tipo ele tem, vive as coisas dele ao mesmo tempo que eu vivo as minhas”* (SD; F; CC3); *“E compreensivo, porque há certas coisas que ele compreende e que, às vezes, são complicadas de entender as coisas que se passam”* (MS; F; C2). O resultado referente à compreensão poderá explicar-se pela necessidade de maior esforço de adaptação em relações de curta duração, sendo a compreensão um ingrediente especialmente importante (Schneewind & Gerhard, 2002). Por outro lado, o apoio poderá ser mais importante em relações de longa duração, uma vez que cada elemento do casal poderá ser a “base social” de suporte do outro (Coan, 2010).

A *partilha* permite a conexão entre os casais, abrindo uma porta para uma significação simbólica conjunta que levará a uma percepção de uma visão em unidade, em vez de dois elementos separados, isto é, abrirá espaço para o *we-ness* (Phillips, Bischoff, Abbott, & Xia, 2009), e gerando um sentido de unidade colectiva (Acitelli et al., 1999; Fiese et al., 2002). Além do mais, a partilha de uma realidade conjunta (a do casal) permitirá aumentar as semelhanças, favorecendo a pertença ao “grupo conjugal”, e potenciando o florescimento da intensa carga emocional que enfatiza o sentido de

pertença (Amâncio, 2006; Haslam et al., 2009). Girme, Overall e Faingataa (2014) verificaram, também, num estudo com casais que actividades partilhadas ajudam a manter os relacionamentos, facilitando a aproximação dos casais e aumentando a qualidade relacional (satisfação). No mesmo sentido, um estudo de Olderbak e Figueredo, (2012) sobre comunicação nos casais, os resultados indicaram que a partilha da história de vida, ou seja, a auto-revelação é o melhor preditor de satisfação com a relação.

Os nossos resultados permitiram constatar que a partilha parece ser mais valorizada pelas mulheres (muito relevante; 4) do que pelos homens (relevante; 4) – *“partilhamos todas as coisas boas que existem entre nós e as coisas más”* (LD; F; C3); *“é uma parte da tua identidade que é completada pela identidade da outra pessoa e aí surge depois um percurso que é feito a dois, numa relação, numa partilha”* (NI; F; C21). No que se refere especificamente à auto-revelação, constatou-se que é muito relevante para as mulheres (9), enquanto que nos homens (2) não se enquadra nos nossos critérios. Estes resultados podem ser explicados pelas diferenças de género supracitadas – maior orientação relacional das mulheres, sendo as variáveis relacionais e afectivas mais importantes para o bem-estar e satisfação conjugal das mulheres do que dos homens (Acitelli, 2002).

Relativamente à situação relacional, a partilha, especialmente a auto-revelação, parece ser muito mais importante para os participantes em coabitação conjugal (muito relevante; 7) do que para os que se encontram em situação de casamento (moderadamente relevante; 4) - *“se é um casal tem de haver partilha de tudo, até das tristezas, das mágoas”* (SD; F; CC3) *“eu dizia sempre “eu prefiro que me digas”, pode ser sofrível (...) conversa banal proporciona que a pessoa sinta segurança em falar daquilo que possa ser mais sério.”* (TT; F; CC22), o que pode estar associado ao facto

dos casais em coabitação conjugal sentirem uma maior necessidade de desenvolver estratégias para manter e melhorar a relação (Coy & Miller, 2014; Gupta, 1999).

Finalmente, relativamente ao tempo da relação, não se encontraram diferenças no que se refere à relevância da partilha. Saliente-se, no entanto, a maior relevância do elemento partilha geral para os participantes de relações longas (relevante; 4) comparativamente com os envolvidos em relações curtas (moderadamente relevante; 6) – *“a identidade conjugal é uma relação a dois (...) são as coisas da vida prática que tem de se fazer um conjunto, são as situações de uma parte mais espiritual que estas ligado aquela pessoa”* (NI; F; C21). Uma vez que a partilha permite a conexão entre os casais (Phillips et al., 2009), faz sentido pensar que se torne mais relevante ao longo do tempo, facilitando a integração do outro no *self*, e o emergir de um *self* relacional de casal.

O *bem-estar relacional* refere-se à satisfação com a relação, traduzindo uma emocionalidade positiva (Cohen, Geron, & Farchi, 2009; Scorsolini-Comin & Santos, 2012), e associando-se, deste modo, ao humor positivo (Norlin & Broberg, 2013).

O bem-estar relacional parece ser mais relevante para os participantes em coabitação conjugal (muito relevante; 8) do que para os casados (relevante; 6) – *“Alegria (...) a gente está constantemente a rir, ele faz-me rir muito, mesmo quando eu estou chateada.”* (TT; F; CC22); *“ (...) empatia um com o outro, da harmonia (...) que se a pessoa estiver num dia menos bem (...) que aquele casal não funcione bem, mas se souberem (...) nós vemos que há uma certa harmonia”* (SD; F; CC3). Constatou-se também uma maior relevância em relações curtas (muito relevante; 10) comparativamente com as longas (relevante; 4) – *“quando precisamos de procurar, procuramos aquilo que temos e não o que nos falta...mas procuramos aquilo que já temos e que outras pessoas não têm, se formos a isto também somos felizes”* (PD; M;

C3). A maior relevância atribuída ao bem-estar nas relações de curta duração poderá explicar-se pelo facto de constituir um “barómetro” da relação, o que será fundamental para o desenvolvimento da IC, e para o desejo de continuidade da relação. No caso das relações em situação de coabitação conjugal, uma vez que esta pode ser encarada como uma espécie de “estudo-piloto da relação” (Huang, Smock, Manning, & Bergstrom-Lynch, 2011), o bem-estar relacional poderá assumir uma importância especial para a identidade conjugal.

A *confiança* tem um papel crucial nas relações conjugais, traduzindo uma percepção do outro como previsível e motivado para se manter carinhoso e sensível quaisquer que sejam as adversidades que a vida possa trazer (Vinkers, Finkenauer, & Hawk, 2011), bem como uma percepção da relação associada a expectativas positivas (Narciso & Ribeiro, 2009). Segundo Simpson (2007), a confiança no cônjuge e na relação estão associadas a uma boa funcionalidade nas relações de casal, sendo fundamentais para o emergir da IC.

Os nossos resultados indiciam que a confiança parece ser um componente da IC mais relevante para os homens (muito relevante; 5) do que para as mulheres (relevante; 8) – “*muito seguros um do outro*” (MD; M; CC3); “*a minha identidade conjugal é também lealdade*” (FS; M; C2). Este resultado poderá estar associado a diferenças de género, constituindo a confiança uma maior necessidade para os homens, particularmente no que se refere à fidelidade vs. infidelidade (Bohner & Wänke, 2004; Goetz & Causey, 2009).

No que concerne ao tipo de relação, a confiança é mais importante para os participantes em coabitação conjugal (muito relevante; 6) do que para os que estão em situação relacional de casamento (relevante; 7) – “*Confiança, porque acho que isto é fundamental, o confiar no outro, o ter a certeza de que somos transparentes*” (SA; F;

CC2). Também relativamente ao tempo da relação, a confiança parece ser mais importante para os que estão em relações curtas (muito relevante; 9) do que para os que vivenciam relações longas (relevante; 4) – *“Uma forte identidade conjugal... Eu penso que é assim (...) que haja (não digo 100% de confiança), mas aí 70% “ (AS; F; CC6). Quer nas relações de coabitação, quer nas relações de curta duração, é possível que o factor insegurança – respectivamente, por uma percepção de menor compromisso intra-casal e social, e por um menor conhecimento do cônjuge - assuma um maior peso.*

A *cumplicidade* poderá ser vista como a expressão máxima de partilha, representando a percepção de uma visão em unidade (Phillips et al., 2009) e de um ser casal em sintonia, o que poderá favorecer e ser expressão de identidade conjugal. Apenas os casais com diferentes tempos de relação se diferenciaram ao nível da relevância da cumplicidade para a identidade conjugal. A cumplicidade parece ser mais importante para os participantes em relações longas (muito relevante; 5) do que para os participantes em relações de curta duração (moderadamente relevante; 6) – *“uma das coisas que eu acho importante num casal é que às vezes há um olhar cúmplice (...) a pessoa está-se a referir a .. lembrás-te quando ... e pessoa olha e há uma identificação” (NI; F; C21). Tal resultado poderá explicar-se pelo facto de a cumplicidade ser favorecida pelo aumento de tempo relacional, sendo, pois, reconhecida e valorizada como indicador de IC.*

A *expressão de afecto*, que surgiu como moderadamente relevante, é vista por alguns autores como um indicador de ajustamento relacional (Mendes & Pereira, 2013; Scorsolini-Comin & Santos, 2012), dado que expressa a aceitação do outro, podendo, assim, ser percebida como a expressão externa de um bem-estar interno com a relação. A análise comparativa apenas revelou diferenças entre participantes em coabitação conjugal (relevante; 5) e participantes casados (sem critério; 3) – *“afectos vêm logo em*

segundo lugar ao lado do amor porque tem mesmo que existir. E tem que existir para o bem dos dois” (SA; F; CC2).

Dimensão Organizacional

Relativamente à Dimensão Organizacional, esta é uma dimensão onde não se manifestam diferenças entre os grupos e é referida pela maioria dos participantes, sendo por isso muito relevante. Nas componentes, apenas emerge como **muito relevante** (21) a categoria de 2ª ordem *diferenciação conjugal*¹⁵, particularmente as categorias de 1ª ordem unidade em dois (19), o ajustamento-aceitação (15) e o respeito (12); e como **moderadamente relevante**, as categorias de 2ª ordem *poder equilibrado* (8) e *sentido de nos-“us”* (7).

A categoria *unidade em dois* foi referida pela quase totalidade dos participantes (19), que consideraram como peça essencial da IC a consciência de que o nós, o casal, a identidade conjunta, só pode existir a partir de dois indivíduos em relação. Assim, ganha relevo a ideia de que, apesar da orientação para o casal, espelhada, como acima referimos, por uma forte primazia do nós, não significa que a identidade individual se dilua no seio da relação, pois a emergência e manutenção do sentido de nós implica a participação da individualidade de cada membro do casal *“Para deixar espaço para a individualidade que existe dentro da relação (...) lá dentro está a individualidade de cada um, dentro da relação, ao mesmo tempo que a identidade conjugal.”* (BD; F; C3), permitindo que o nós seja integrado na relação sem que absorva nenhum dos seus membros (Fergus & Reid, 2001), mantendo-se a individualidade de cada um. Parece, pois, corroborar a tese de Féres-Carneiro (1998) de que é preciso ser um sendo dois - *“Que é a união do eu e do tu, que fazem essa identidade. E preservando a identidade do*

¹⁵ A designação de Diferenciação Conjugal pretende traduzir a ideia emergente de que, na IC, é essencial considerar-se uma unidade constituída a partir do ajustamento e respeito mútuo de dois elementos diferenciados e autónomos.

eu e do tu, criam a identidade do nós” (MD; M; CC3). A identidade conjugal parece, assim, ser sustentada por duas forças opostas. Por um lado, o crescimento e desenvolvimento individual de cada parceiro (individualidade) e, por outro, a necessidade de vivenciar a relação conjugal (universo partilhado do casal) (Féres-Carneiro, 1998).

O *ajustamento-aceitação relacional* refere-se à capacidade e processo dinâmico de cada indivíduo aceitar e ajustar-se às características e contingências do parceiro, adaptando-se e agindo como uma equipa, de modo a potenciar o desenvolvimento equilibrado da relação (Gubbins, Perosa, & Bartle-Haring, 2010). Neste caso, não se evidenciam diferenças de sexo, situação ou tempo de relação, sendo esta componente, muito relevante para todos estes grupos.

O *respeito* é um dos pilares de uma relação saudável (Eckstein, Eckstein, & Eckstein, 2014), compatibilizando individualidade vs. conjugalidade (Badr et al., 2007; Williams-Baucom et al., 2010), e constituindo um meio para a possibilidade de se ser um, sendo dois (Féres-Carneiro, 1998).

Relativamente à relevância do respeito para a IC, apenas se verificaram diferenças de sexo e de situação relacional. Este elemento componencial parece ser mais importante para os homens (muito relevante; 5) do que para as mulheres (relevante; 7), e mais importante para os participantes em situação de coabitação conjugal (muito relevante; 6) do que para os casados (relevante; 6) - *“E mesmo que hajam caminhos que eu gosto mais e que ela não goste tanto e vice-versa mas a vida é com respeito, porque todos temos gostos diferentes (...) se não houver respeito mútuo, de parte a parte não dá para haver um nós”* (MD; M; CC3). Diferenças de género podem explicar estes resultados: dado que a educação dos homens acentua mais o individualismo e a autonomia (McAvoy, 2013), é possível que daí decorra uma maior valorização dos

homens pelo respeito das características e necessidades idiossincráticas. No que se refere à situação relacional, é possível que a maior relevância atribuída ao respeito esteja também associada a uma maior valorização do indivíduo, dado que na coabitação conjugal parece existir uma maior independência entre os cônjuges do que nos casamentos (Silva & Relvas, 2007).

No que se refere à relevância do *poder equilibrado* para a IC, não se verificaram diferenças nem de sexo, nem na situação relacional, apenas na duração das relações, sendo mais importante para os participantes em relações de longa duração (relevante; 3) do que para os participantes em relações de curta duração (moderadamente relevante; 5), diferença esta expressa especialmente nas decisões partilhadas – “*um casal com uma forte IC é um casal que ... que toma decisões a dois, cujos percursos, o caminho a seguir ou os percursos de ... de... as decisões tomadas na vida são tomadas a dois ... sabendo que ... uma decisão vai sempre afectar a outra pessoa*” (NI; F; C21). É possível que os participantes em relações de longa duração, por se encontrarem já numa fase de maior ajustamento mútuo, valorizem mais o equilíbrio entre simetria e complementaridade, enquanto os participantes em relações de curta duração, estejam ainda numa fase de maior rigidez simétrica, ou seja, mais envolvidos em tentativas de controlo e de mudança do parceiro.

No *sentido de nos-“us”*, que se refere à visão que o casal tem das percepções dos outros relativamente a si enquanto casal (Branquinho et al., 2013), tendo por isso uma vertente social (Hermans, 2001), ou seja, o casal é observado, conhecido e interpretado pelos outros, parecem existir pequenas diferenças, sendo ligeiramente mais importante para as mulheres (moderadamente relevante; 5), e para as relações de casamento (moderadamente relevante; 5). No entanto, relativamente ao tempo de relação, as diferenças são mais claras, sendo mais importante para as relações de longa

duração (relevante; 4) do que para as de curta duração (sem critério; 3) – “*eu tenho 25 anos de casada e nem pensar o meu marido armar-se em parvo assim à frente de alguém comigo não é?*” (PL; F; C25). Este resultado poderá relacionar-se com a necessidade de reconhecimento social perante uma relação que implicou vários anos de investimento.

Marcadores de Solidez da Identidade Conjugal

Por marcadores de solidez, entendemos os indicadores de forte identidade referidos pelos participantes, quando questionados sobre o que é uma forte IC e as evidências/sinais de uma forte IC. Dado que se pretende identificar os marcadores essenciais de forte IC, apenas consideraremos, na nossa análise, as categorias que emergiram como muito relevantes, ou seja, que foram referidas por, pelo menos, dois terços dos participantes, quer na dimensão afectiva, quer na dimensão organizacional.

Na Dimensão Afectiva, emergiram como indicadores **muito relevantes**¹⁶ de forte IC, o *sentido de nós-“we”* (20), em particular, a primazia do nós (11), a eficácia relacional (10) e a união (8) – “*IC é o compromisso do nós, da relação*” (MC; F; CC4); “*faz o que tu pensares que é melhor para ti e para nós*” (MS; F; C2); “*um casal que não tem medo de esconder que também existem momentos maus. E que estamos cá para ultrapassá-los*” (SA; F; CC2) -; a *qualidade da comunicação* (16), com especial relevo para o diálogo (11) e, também, a reacção adequada em conflito (7) – “*J. estava sentado à mesa, e nós conversávamos muito, coisas tolas às vezes, mas só esta conversa banal proporciona que a pessoa sinta segurança em falar daquilo que possa ser mais sério.*”

¹⁶ Consideramos, tal como já referimos, a seguinte hierarquização de relevância dos resultados: **muito relevante** – quando uma categoria é referida por, pelo menos, 2/3 das fontes (ou seja, por mais de 13 participantes); **relevante** - quando uma categoria é referida por mais de metade, mas menos de 2/3 das fontes (ou seja, por mais de 10, mas menos de 14 participantes); **moderadamente relevantes** - quando uma categoria é referida por, pelo menos, 1/3 das fontes, mas menos de metade (ou seja, por mais de 6, mas menos de 11 participantes)

(TT; F; CC22); e o *vínculo afectivo* (14), particularmente o amor (8) – *“Tem que haver uma ligação sentimental que é um pouco inexplicável às vezes, não se sabe bem como é que a coisa surge e acontece, mas é esse amor que permite, muitas vezes, suportar as coisas menos boas numa relação”* (RS; F; C14).

Saliente-se, uma vez mais, a relevância que as “vozes” dos participantes atribuem ao sentido de nós, neste caso, não apenas como um dos componentes da identidade, mas como uma marca de forte identidade. De igual modo, a qualidade da comunicação, e em particular o diálogo, parece constituir um dos pilares da IC, o que se pode explicar pelo facto de ser indicador, e permitir transparecer, uma relação saudável (Määttä & Uusiautti, 2013). O *vínculo afectivo* emerge, também, como indicador muito relevante de forte IC, especialmente o elemento amor (8). O *companheirismo/amizade*, apesar de se ter salientado como muito relevante da IC, não surgiu, no entanto, com um grau de relevância semelhante ao do amor, enquanto indicador de forte IC, o que se pode explicar pelo facto de o amor definir a natureza romântica da relação (Migerode & Hooghe, 2012), podendo, hipoteticamente, ser percebido como o contorno da IC.

Na Dimensão Organizacional, apenas o componente *diferenciação conjugal* surge como indicador muito relevante (16) de forte IC, em particular, o respeito (10) e o ajustamento-aceitação (8) – *“O respeito pela intimidade e espaço do outro”* (TT; F; CC22); *“a gente acho que temos que saber viver com os defeitos um do outro, também de certa parte temos que aceitar um bocadinho, temos que ser um bocadinho tolerantes”* (AD; M; C3); *“Mas se a pessoa não tem receio de dar a sua opinião, não tem receio de conversar, de dizer o que pensa, é porque o casal está, está bem, e está... Não quer dizer que esteja em harmonia, pode não estar sempre em acordo, mas pelo menos eles respeitam-se um ao outro, e cada um tem as suas ideias e não faz com que isso seja um obstáculo”* (SD; F; CC3).

Quer o ajustamento/aceitação, quer respeito, emergiram como marcadores de uma IC forte. Hipoteticamente, poderá ser o respeito a “arrastar” o casal para o ajustamento/aceitação, mediando as duas forças paradoxais que Féres-Carneiro (1998) refere – individualidade vs. conjugalidade -, e favorecendo a diferenciação conjugal. Ou seja, o respeito poderá ser a peça fundamental para que o casal consiga ajustar-se e respeitar-se mutuamente, fundando um todo único, mas permitindo que a individualidade de cada um permaneça, reforçando, assim, a noção de unidade em dois, aparentemente tão valorizada pelos casais enquanto substância da identidade.

Propriedades da Identidade Conjugal – Eu, Tu, Nós e o Tempo

Da análise das respostas dos participantes emergiu um conjunto de categorias de 1ª ordem – associadas à natureza substancial da IC - que remetem para o factor tempo, o qual, no seu conjunto, foram organizadas numa categoria de 2ª ordem que designámos por *temporalidade* (Figura 4).

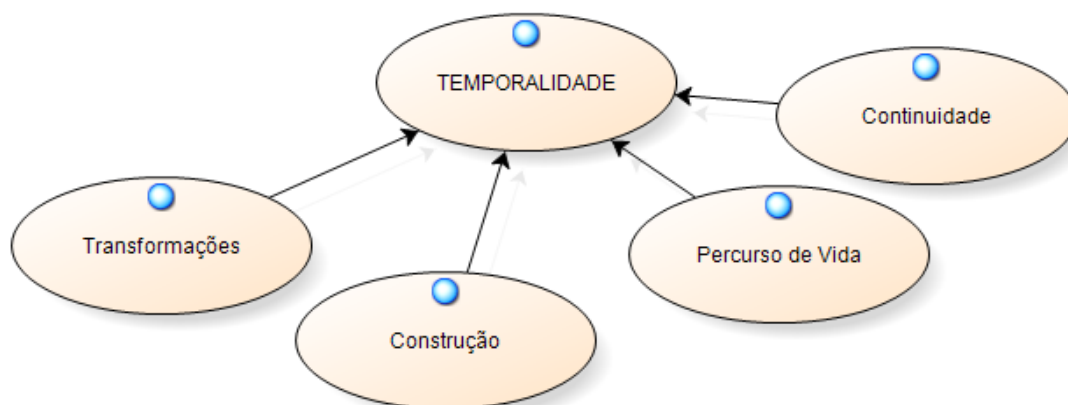


Figura 4 – Categoria Temporalidade de 2ª ordem e respectivas sub-categorias de 1ª ordem

No processo de codificação das respostas dos participantes, a temporalidade – continuidade (13), percurso de vida (12), construção (8) e transformações (6) - emergiu

como um factor muito relevante associado à Dimensão Afectiva (17) e moderadamente relevante associado à Dimensão Organizacional (11). Na Dimensão Afectiva, tal associação ocorreu sobretudo em associação com o sentido de nós (14) - em particular, a primazia do nós (13) -, e com o vínculo afectivo (11); e na Dimensão Organizacional, com a diferenciação conjugal (7) - exclusivamente com a unidade em dois (7).

Tais resultados parecem indicar a temporalidade como uma qualidade intrínseca da IC – ou seja, uma propriedade sua -, remetendo para a ideia de que a IC se co-constrói, se transforma e se continua num percurso de tempo comum - *“essa é a identidade conjugal, é o tu reconheceres no outro coisas menos boas, coisas que não gostas, mas sabes que a tua vida passa por estar junto daquela pessoa, o teu percurso passa por estares junto daquela pessoa... que é uma forma de sentir e de se intuir”* (NI; F; C21); *“pode ser um casal mais novo, que tem menos tempo de convivência, mas (...) tem que ter um objectivo comum... lutar por ele”* (EL; F; C42); *“o futuro em comum que se acredita”* (J; M; CC2).

O casal enquanto unidade sistémica evolui ao longo do tempo, varia momento-a-momento, sendo por isso dinâmico (Morin, 1998; Scabini & Manzi, 2011), é susceptível a alterações/perturbações internas ou externas, interagindo com diferentes contextos, tendo, contudo, a capacidade de se recriar e regenerar sem perder o seu sentido de identidade (Magnavita, 2012).

A identidade conjugal parece, pois, nascer do encontro entre os mundos externo e interno de cada parceiro, tendo como ponto original um vínculo afectivo. Trata-se de um espaço de oscilação e evolução contínua, em que cada cônjuge é uma extensão do outro, mas ao mesmo tempo é diferenciado do outro (Féres-Carneiro). Indo ainda mais além, co-criando um sentimento de pertença, um sentido de nós, onde o parceiro é internalizado no sentido de *self* do outro (Haslam et al., 2008) e na unidade de casal

(Branquinho et al., 2013). Neste sentido, a temporalidade parece ser indissociável da identidade conjugal, uma vez que a sua co-construção, que implica o sentido de nós e a unidade em dois, só é possível porque existe um tempo conjunto vivenciado, uma continuidade em transformação, um futuro projectado (e desejado) em comum.

A unidade em dois – traduzindo a ideia de que a IC implica não só o colectivo, mas também a individualidade - emergiu, a par do elemento primazia do nós, como o elemento componencial mais relevante da IC. Note-se, ainda, que é no componente diferenciação conjugal (na Dimensão Organizacional) - traduzindo a ideia de que é essencial considerar-se uma unidade constituída a partir do ajustamento e respeito mútuo de dois elementos diferenciados e autónomos -, também a par do componente sentido de nós (na Dimensão Afectiva), que se verificaram associações mais relevantes com vários dos outros componentes (Figura 5).

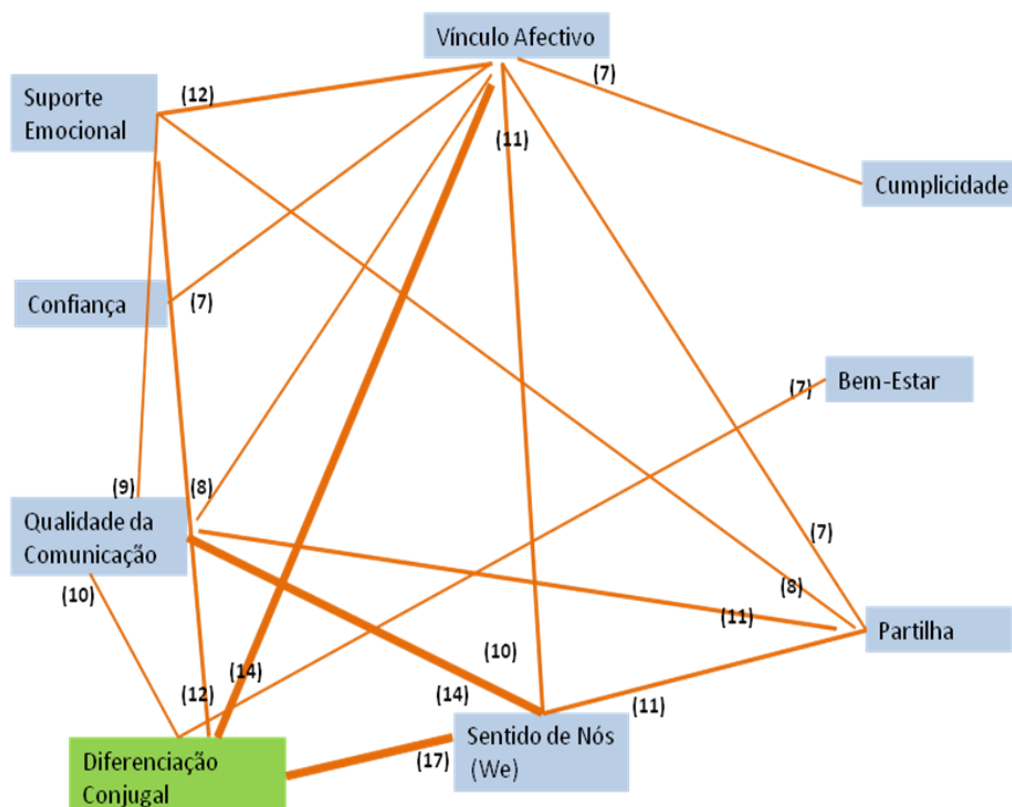


Figura 5 – Teia Relacional da Natureza Substancial da IC

Consideramos que estes dados emergentes remetem para a complexidade enquanto propriedade da IC, evidenciando-a como indissociável de um “eu”, um “tu” e um “nós”, sendo através destas três partes e da relação entre elas (Morin, 1998) que parece emergir uma entidade única com um sentido único. Assumindo a complexidade como uma qualidade intrínseca da IC, e relacionando-a com a propriedade da temporalidade, é possível compreender várias sub-propriedades:

- *um todo maior do que a soma das partes*, ou seja, na linguagem de Caillé (1991), um absoluto que emerge não pela reunião de duas pessoas, mas por cada uma delas e pela relação idiossincrática e singular entre elas (e as suas características) (Morin, 1998);
- *um todo menor do que a soma das partes* (Morin, 1998), isto é, dada a importância de cada indivíduo na e para a IC, é necessário considerar as suas múltiplas características, ou, na linguagem do *self* dialógico, as suas diferentes e dinâmicas posições de *self* (Hermans, 1996, 2001, 2008, 2012; Rasgatt, 2000; Ribeiro & Gonçalves, 2011), que não se esgotam na identidade do casal mas que a afectam e por ela são afectadas;
- *um todo menor do que o todo* (Morin, 1998) que explica o facto da IC ser uma co-construção, numa continuidade que, embora se mantenha, se transforma e se re-cria (Johnson, 2004; Magnavita, 2012).

Em suma, parece pertinente considerar a IC como singular, dinâmica e mutável, co-construída, ao longo do tempo, pela “dança” singular de cada membro do casal e pela “dança” singular da sua relação, sendo por isso uma espécie de “impressão digital” de cada casal.

Reflexões Finais

Com a finalidade de contribuir para uma conceptualização sistémica de identidade conjugal pretendeu-se, compreender, através das vozes de participantes envolvidos numa relação de conjugalidade, três questões: qual a natureza substancial da identidade conjugal, ou seja, qual a “matéria” que a constitui? Quais os marcadores de solidez da identidade conjugal? Quais as suas propriedades, ou seja, as qualidades que lhe são inerentes?

Relativamente à natureza substancial da identidade conjugal, a análise qualitativa dos dados permitiu constatar que:

- se distinguem duas dimensões – Afectiva e Organizacional -, cada uma das quais incluindo várias componentes, as quais, por sua vez, integram diferentes elementos componenciais;
- a Dimensão Afectiva – remetendo para características relacionais marcadas e orientadas pelo afecto entre os seus membros (Scabini & Manzi, 2011) - inclui as seguintes componentes: sentido de nós (“We”), vínculo afectivo, confiança, partilha, suporte emocional, expressão de afecto, cumplicidade, qualidade da comunicação e bem-estar relacional;
- a Dimensão Organizacional - remetendo para a vertente mais estrutural do casal, como um sistema constituído por partes e pela relação entre estas (e os seus atributos), organizado hierarquicamente, com finalidades comuns, e em ligação com o contexto – integra as seguintes componentes: diferenciação conjugal, poder equilibrado, sentido de nos

(“Us”)¹⁷, objectivos comuns, princípios comuns, vínculo estrutural-moral, similitude, socialização e identificação mútua;

- a Dimensão Afectiva emerge como mais relevante;
- na Dimensão Afectiva, emergiram como componentes mais relevantes, o sentido de nós, a qualidade da comunicação, o vínculo afectivo e o suporte emocional; são também relevantes, a partilha, o bem-estar relacional, a confiança e a cumplicidade;
- na Dimensão Organizacional, apenas a diferenciação conjugal emergiu como componente muito relevante;
- **mulheres e homens** parecem convergir, na Dimensão Afectiva, relativamente à relevância que atribuem ao sentido de nós, qualidade da comunicação, vínculo afectivo, suporte emocional, e bem-estar relacional, diferindo apenas relativamente à partilha que não é considerada muito relevante pelos homens, e à confiança que não é considerada muito relevante pelas mulheres. No entanto, já no que se refere aos elementos componenciais, homens e mulheres apenas são convergentes relativamente à: primazia do nós, diálogo e companheirismo-amizade. Em relação aos demais elementos, as mulheres privilegiam também o amor e a auto-revelação, enquanto os homens sublinham a eficácia relacional e o apoio;
- **participantes casados e em coabitação conjugal** convergem, na Dimensão Afectiva, relativamente à maior relevância que atribuem ao sentido de nós, qualidade da comunicação, vínculo afectivo e suporte

¹⁷Enquanto o sentido de nós-*we*, equivale à noção de “I” do *self*, o sentido de nos-*us* corresponde ao “*Me*”, implicando, pois, uma vertente social (Hermans, 2001), ou seja, o casal que é observado, conhecido e interpretado pelos outros.

emocional. Contudo divergem em relação à partilha, bem-estar relacional e confiança apenas considerada muito relevante para a IC pelos participantes em coabitação conjugal. No que se refere aos elementos componenciais, a atribuição de maior relevância é coincidente em primazia do nós, diálogo, amor e companheirismo-amizade. Os participantes em coabitação conjugal consideram também muito relevante a união, a compreensão e a auto-revelação;

- **participantes em relações curtas e em relações longas** convergem, na Dimensão Afectiva, relativamente à maior relevância que atribuem ao sentido de nós, qualidade da comunicação, vínculo afectivo, suporte emocional e partilha. Contudo, o bem-estar relacional e a confiança apenas são componentes considerados muito relevantes para a IC pelos participantes em relações curtas, enquanto a cumplicidade é considerada especialmente relevante para os participantes em relações longas. No que se refere aos elementos componenciais, a atribuição de maior relevância é coincidente em primazia do nós, diálogo e amor. Os participantes em relações curtas consideram também muito relevante o companheirismo-amizade e a compreensão, enquanto os participantes em relações longas parecem considerar muito relevante o apoio;
- na Dimensão Organizacional, **mulheres e homens, participantes casados e em coabitação conjugal, e participantes em relações curtas e em relações longas** parecem convergir relativamente à relevância que atribuem à diferenciação conjugal. Os participantes em relações longas consideram, ainda, relevante, o poder equilibrado e o sentido de nos (“us”). No que se refere aos elementos componenciais, são convergentes

relativamente à: unidade em dois e ajustamento/aceitação. Os participantes homens e os que se encontram em coabitação conjugal consideram também o respeito muito relevante para a identidade conjugal.

A análise dos dados permitiu identificar os principais marcadores de solidez da identidade conjugal, na nossa amostra, salientando-se, na Dimensão Afectiva, o sentido de nós (espelhado, sobretudo, pela primazia do nós, a eficácia relacional e a união), a qualidade de comunicação (tendo o diálogo um papel central) e o vínculo afectivo (particularmente, o amor); na Dimensão Organizacional, emergiu a diferenciação conjugal (em especial, o respeito e o ajustamento-aceitação) como sinal claro de identidade conjugal forte.

Uma análise qualitativa mais detalhada dos dados relativos à natureza substancial da identidade conjugal revelou a presença marcada do factor tempo associado aos conteúdos discursivos da maioria dos participantes. As suas reflexões sobre identidade conjugal surgiam continuamente associadas sobretudo à ideia do sentido de nós e do vínculo afectivo de se construir, se transformar e se continuar ao longo de um percurso de vida em conjunto e em direcção a um futuro comum. Este resultado levou-nos a hipotetizar a temporalidade como uma das propriedades da identidade conjugal, percebendo-a como uma unidade em dois, dinâmica, que evolui, se constrói, se transforma e se re-cria. Por sua vez, a relevância atribuída pelos participantes à unidade em dois - onde o *self* de um é progressivamente integrado e internalizado no *self* do outro, numa extensão (expansão) recíproca – conduziu-nos à hipótese de uma segunda propriedade da identidade conjugal – a complexidade – e, consequentemente, a sub-propriedades sistémicas que a caracterizam – um todo maior

do que a soma das partes; um todo menor do que a soma das partes; um todo menor do que o todo.

Em suma, a complexidade imbuída de temporalidade revelada nas “vozes” dos participantes, permitiu-nos, pois, pensar a identidade conjugal numa perspectiva sistémica (Figura 6), considerando-a como uma terceira entidade que emerge da interacção, ao longo do tempo e num contexto, entre múltiplos elementos: um “eu”; um “tu”; a unidade diádica (“relação” cujo contorno será o vínculo afectivo) nascida da co-existência interactiva entre o “eu” e o “tu”; e o sentido de nós que emerge da relação.

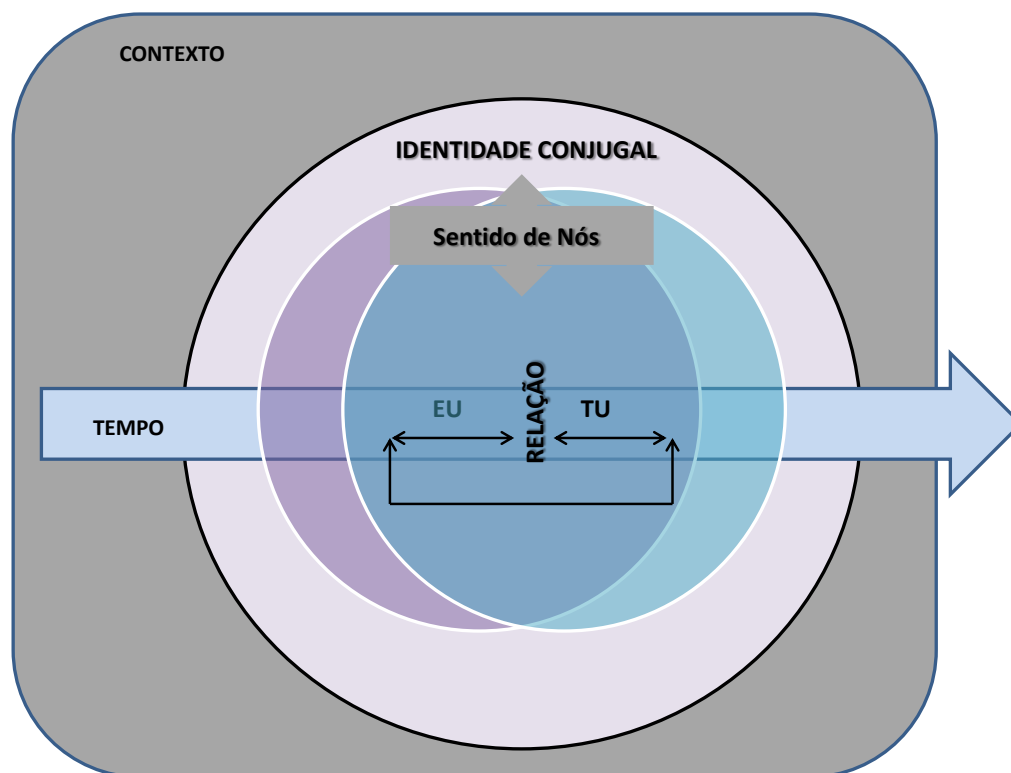


Figura 6 – Contributo para uma conceptualização sistémica de identidade conjugal

Limitações

No presente estudo, reconhecem-se várias limitações, nomeadamente, ao nível da amostra utilizada: a dimensão reduzida dos diversos subgrupos em análise (feminino

vs. masculino; casamento vs. coabitação conjugal; tempo de relação), destacando-se um desequilíbrio entre o número de participantes do sexo feminino e masculino, bem como entre os participantes em relações curtas e em relações longas; a heterogeneidade relativamente às habilitações académicas; a homogeneidade no que diz respeito a zona residencial e religiosidade. Note-se, ainda, que o facto de os participantes aceitarem participar num estudo qualitativo que requer um nível de elevada exposição de vivências pessoais pode significar que estão, à partida, satisfeitos com a sua conjugalidade, podendo levar a uma perspectiva enviesada do constructo investigado.

Deve considerar-se, também, como limitação, a subjectividade envolvida no processo de codificação e análise de dados, mesmo tendo sido um processo que implicou a reflexão de uma equipa de quatro investigadores. Assim, face a tais limitações, os resultados obtidos devem ser lidos, principalmente, enquanto pistas exploratórias para futuros estudos.

Investigação Futura

Seria relevante conduzir outros estudos que contribuíssem para a superação ou atenuação destes limites, nomeadamente, estudos com metodologias mais diversificadas como, por exemplo, metodologias mistas, multifases e longitudinais, e estudos que contemplem indivíduos ou casais em acompanhamento clínico. Sugere-se que tais estudos contemplem amostras suficientemente abrangentes e diversificadas – indivíduos/casais heterossexuais e homossexuais em situação relacional de casamento, coabitação conjugal e namoro; indivíduos/casais em diferentes etapas do ciclo de vida; indivíduos em situação relacional vs. indivíduos em situação de ruptura da relação; indivíduos/casais satisfeitos vs. indivíduos/casais insatisfeitos; estudos com casais biculturais; etc. - de forma a que se possam identificar as generalidades e as

especificidades da IC, quer ao nível do seu processo de construção, manutenção e dissolução, quer a sua expressão e influência a nível conjugal e individual.

Implicações Clínicas

O conhecimento sobre a Identidade Conjugal parece fulcral para a intervenção clínica, tanto a nível terapêutico, como preventivo.

Ao nível terapêutico podemos intervir no sentido de fortalecimento da identidade conjugal dos pacientes, ou até na reestruturação da mesma, dado o seu carácter dinâmico e mutável. O sentido de nós, a qualidade da comunicação e o sentimento de amor poderão ser áreas-chave a trabalhar, quer preventiva, quer terapêuticamente, tendo em conta a sua relevância enquanto marcadores de uma identidade sólida. Contudo, será igualmente importante atender aos demais componentes considerados relevantes enquanto substância da identidade conjugal, tendo particular atenção a especificidades relativas ao sexo, situação relacional e tempo de relação.

Face à propriedade de complexidade, será de salientar a aparente necessidade de se considerar o casal enquanto unidade de intervenção, mantendo-se, no entanto, um foco permanente em cada um dos seus membros.

A um nível mais preventivo, poderá investir-se na tomada de consciência dos factores que contribuem para um aumento e fortalecimento da identidade conjugal, permitindo aos cônjuges investir na sua relação, promovendo deste modo um fortalecer, ao longo do tempo, do sentido de nós.

Referências Bibliográficas

- Acitelli, L. K. (1988). When spouses talk to each other about their relationship. *Journal of Social and Personal Relationships*, 5, 185-199. doi: 10.1177/026540758800500204
- Acitelli, L. K. (1992). Gender differences in relationship awareness and marital satisfaction among young married couples. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 18(1), 102-110. doi:10.1177/0146167292181015
- Acitelli, L. K. (2002). Relationship awareness: Crossing the bridge between cognition and communication. *Communication Theory*, 12(1), 92-112. doi:10.1111/j.1468-2885.2002.tb00261.x
- Acitelli, L. K., Rogers, S., & Knee, C. R. (1999). The role of identity in the link between relationship thinking and relationship satisfaction. *Journal of Social and Personal Relationships*, 16, 591-628. doi: 10.1177/0265407599165003
- Agnew, C. R., Arriaga, X. B., & Wilson, J. E. (2008). Committed to what? Using the bases of relational commitment model to understand continuity and changes in social relationships. In J. P. Forgas & J. Fitness (Eds.), *Social relationships: Cognitive, affective and motivational processes* (pp.147-164). New York: Psychology Press.
- Agnew, R. C., Van Lange, P. M., Rusbult, C. E., & Langston, C.A. (1998). Cognitive interdependence: Commitment and the mental representation of relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74, 939-954. doi: 10.1037/0022-3514.74.4.939
- Alarcão, M., & Sequeira, J. (2002). *(Des) Equilíbrios familiares: Uma visão sistémica* (2ª ed.). Coimbra: Quarteto Editora.

- Amâncio, L. (2006) Identidade social e relações intergrupais. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia Social* (pp. 387-410). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Aron, A., Aron, E. N., & Norman, C. (2001). Self-expansion model of motivation and cognition in close relationships and beyond. In G. Fletcher & M. Clark (Eds.), *Blackwell Handbook of Social Psychology: Interpersonal processes* (pp. 478-501). Oxford: Blackwell Publishing.
- Aron, A., Aron, E. N., & Smollan, D. (1992). Inclusion of other in the self scale and the structure of interpersonal closeness. *Journal of Personality and Social Psychology*, *63*(4), 596-612. doi:10.1037/0022-3514.63.4.596
- Aron, A., Aron, E. N., Tudor, M., & Nelson, G. (1991). Close relationships as including other in the self. *Journal of Personality and Social Psychology*, *60*(2), 241-253. doi:10.1037/0022-3514.60.2.241
- Ashmore, R. D., Deaux, K., & McLaughlin-Volpe, T. (2004). An organizing framework for collective identity: Articulation and significance of multidimensionality. *Psychological Bulletin*, *130*, 80–114. doi:10.1037/0033-2909.130.1.80
- Badr, H., Acitelli, L. K., & Taylor, C. (2007). Does couple identity mediate the stress experienced by caregiving spouses? *Psychology & Health*, *22*(2), 211-229. doi:10.1080/14768320600843077
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora.
- Bohner, G., & Wänke, M. (2004). Psychological gender mediates sex differences in jealousy. *Journal of Cultural and Evolutionary Psychology*, *2*(3-4), 213-229. doi:10.1556/JCEP.2.2004.3-4.3
- Branquinho, A., Narciso, I., & Crespo, C. (2013). Reflections on couples identity: A relevant and fertile conceptual land yet underexplored. Manuscrito não

publicado. Department of Clinical Systemic Psychology, Faculty of Psychology, University of Lisbon, Lisbon, Portugal, and Faculty of Psychology and Education Science, University of Coimbra, Coimbra, Portugal.

Brewer, B. W. (2007). Psychology of sport injury rehabilitation. In G. S. Tennenbaum & R. C. Eklund (Eds.), *Handbook of sport psychology* (3rd ed., pp. 404-424). Hoboken, NJ: John Wiley & Sons.

Caillé, P. (1991). *Um e um são três*. Rio de Janeiro: Summus Editorial.

Charmaz, K. (2011). A Constructivist Grounded Theory analysis of losing and regaining a valued self. In F. J. Wertz, K. Charmaz, L. M. McMullen, R. Josselson, R. Anderson, & E. McSpadden (Eds.), *Five ways of doing qualitative analysis phenomenological psychology, grounded theory, discourse analysis, narrative research, and intuitive inquiry* (pp.165-200). New York, N.Y.: Guilford Press.

Cigoli, V., & Scabini, E. (2006). *Family identity, ties, symbols, and transitions*. London: Lawrence Erlbaum Associations.

Clulow, C. (2010). Attachment perspectives on couple functioning and couples interventions. In M. S. Schulz, M. Pruetz, P. K. Kerig, & R. D. Parke (Eds.), *Strengthening couple relationships for optimal child development: Lessons from research and intervention* (pp. 149-161). Washington, DC: American Psychological Association. doi:10.1037/12058-010

Coan, J. A. (2010). Adult attachment and the brain. *Journal of Social and Personal Relationships*, 27, 210–217. doi:10.1177/0265407509360900

Cohen, O., Geron, Y., & Farchi, A. (2009). Marital quality and global well-Being among older adult israeli couples in enduring marriages. *American Journal of Family Therapy*, 37(4), 299-317. doi:10.1080/01926180802405968

- Coy, J., & Miller, M. (2014). Intimate partners who struggle with formal commitments: Attachment styles, major challenges, and clinical implications. *American Journal of Family Therapy*, 42(3), 232-242. doi:10.1080/01926187.2013.808138
- Craig, R. J. (1989). *The clinical process of interviewing: Clinical and diagnostic interviewing*. Northvale, N.J.: Aronson.
- Crockett, E. E., & Neff, L. A. (2013). When receiving help hurts: Gender differences in diurnal cortisol responses to spousal support. *Social Psychological and Personality Science*, 4(2), 190-197. doi:10.1177/1948550612451621
- Cross, S. E., & Madson, L. (1997). Models of the self: Self-construals and gender. *Psychological Bulletin*, 122(1), 5-37. doi:10.1037/0033-2909.122.1.5
- Dalton, E. (2005). Increasing marital satisfaction in clinically distressed couples: The role of empathic accuracy and "we-ness". (Doctoral dissertation, University of York – Toronto). Disponível através da Proquest Dissertations and Theses database
- Daly, K. J. (2007). *Qualitative methods for family studies & human development*. Los Angeles: Sage Publications.
- Dixon-Woods, M., Booth, A., & Sutton, A. (2007). Synthesizing qualitative research: A review of published reports. *Qualitative Research*, 7, 375-422.
- Eckstein, D., Eckstein, S., & Eckstein, D. (2014). Creating respect in couples: The couple's respect questionnaire (CRQ). *Family Journal*, 22(1), 98-104. doi:10.1177/1066480713505062
- Feeney, B. C. (2007). The dependency paradox in close relationships: Accepting dependence promotes independence. *Journal of Personality and Social Psychology*, 92(2), 268-285. doi:10.1037/0022-3514.92.2.268

- Féres-Carneiro, T. (1998). Casamento contemporâneo: O difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. *Psicologia Reflexão e Crítica*, *11*, 379-394.
- Fergus, K. D. (2011). The rupture and repair of the couple's communal body with prostate cancer. *Families, Systems & Health*, *29*, 95-113.
- Fergus, K. D., & Reid, D. W. (2001). The couple's mutual identity and reflexivity: A systematic-constructivist approach to the integration of persons and systems. *Journal of Psychotherapy Integration*, *11*(3), 385-410.
- Fiese, B. H., Tomcho, T. J., Douglas, M., Josephs, K., Poltrock, S., & Baker, T. (2002). A review of 50 years of research on naturally occurring family routines and rituals: Cause for celebration?. *Journal of Family Psychology*, *16*, 381-390.
- Garrido, E. F., & Acitelli, L. K. (1999). Relational identity and the division of household labor. *Journal of Social and Personal Relationships*, *16*, 619-637. doi: 10.1177/0265407599165004
- Girme, Y. U., Overall, N. C., & Faingataa, S. (2014). 'Date nights' take two: The maintenance function of shared relationship activities. *Personal Relationships*, *21*(1), 125-149.
- Goetz, A. T., & Causey, K. (2009). Sex differences in perceptions of infidelity: Men often assume the worst. *Evolutionary Psychology*, *7*(2), 253-263.
- Gottman, J. M., & Silver, N. (1999). Os sete princípios do casamento. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Guba, E., & Lincoln, Y. (1994). Competing paradigms in qualitative research. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of Qualitative Research* (pp. 105-117). Newbury Park, CA: Sage.

- Gubbins, C. A., Perosa, L. M., & Bartle-Haring, S. (2010). Relationships between married couples' self-differentiation/individuation and Gottman's Model of marital interactions. *Contemporary Family Therapy: An International Journal*, 32(4), 383-395. doi:10.1007/s10591-010-9132-4
- Gupta, S. (1999). The effects of transitions in marital status transitions on men's performance of housework. *Journal of Marriage and Family*, 61, p. 700.
- Haslam, C., Holme, A., Haslam, S. A., Iyer, A., Jetten, J., & Williams, W. H. (2008). Maintaining group memberships: Social identity continuity predicts well-being after stroke. *Neuropsychological Rehabilitation*, 18(5-6), 671-691. doi: 10.1080/09602010701643449
- Haslam, S. A., Jetten, J., Postmes, T., & Haslam, C. (2009). Social identity, health and well-being: An emerging agenda for applied psychology, *Applied Psychology: An International Review*, 58(1), 1-23. doi: 10.1111/j.1464-0597.2008.00379.x
- Haslam, S. A., Reicher, S. D., & Levine, M. (2011). When other people are heaven, when other people are hell: How social identity determines the nature and impact of social support. In Jetten, J., Haslam, C., & Haslam, S. A. (Eds.) *The social cure: Identity, health, and wellbeing*. (2-26). London & New York: Psychology Press.
- Haslam, S. A., Reicher, S. D., & Reynolds, K. J. (2012). Identity, influence and change: John Turner's vision for social psychology. *British Journal of Social Psychology*, 51, 201-218. doi:10.1111/j.2044-8309.2011.02091.x
- Hermans, H. J. M. (1996). Voicing the self: From information processing to dialogical interchange. *Psychological Bulletin*, 119(1), 31-50. doi: 10.1037/0033-2909.119.1.31
- Hermans, H. J. M. (2001). Conceptions of self and identity: Toward a dialogical view. *International Journal of Education and Religion, II (I)*, 43-62. doi:10.1177/1354067X0173001

- Hermans, H. J. M. (2008). How to perform research on the basis of Dialogical Self Theory? Introduction to the special issue. *Journal of Constructivist Psychology*, 21, 185-199. doi: 10.1080/10720530802070684
- Hermans, H. M. (2012). Dialogical Self Theory and the increasing multiplicity of I-positions in a globalizing society: An introduction. *New Directions For Child & Adolescent Development*, 137, 1-21. doi:10.1002/cad.20014
- Hogg, M. A., Reid, S.A. (2006). Social Identity, Self-Categorization, and the Communication of Group Norms. *Communication Theory*, 16, 7–30. doi: 10.1111/j.1468-2885.2006.00003.x
- Huang, P. M., Smock, P. J., Manning, W. D., & Bergstrom-Lynch, C. A. (2011). He says, she says: Gender and cohabitation. *Journal of Family Issues*, 32(7), 876-905.
- Johnson, S. M. (2004). *The Practice of Emotionally Focused Couple Therapy: Creating connection*, (2nd ed.). New York, NY. Routledge/Taylor & Francis.
- Johnson, M. P., Caughlin, J. P., & Huston, T. L. (1999). The tripartite nature of marital commitment: Personal, moral, and structural reasons to stay married. *Journal of Marriage and the Family*, 61, 160-177.
- Karremans, J., & Lange, P. V. (2008). The role of forgiveness in shifting from "Me" To "We". *Self and Identity*, 7(1), 75-88. doi: 10.1080/15298860601182435
- Ko, L. K., & Lewis, M. A. (2011). The role of giving and receiving emotional support in depressive symptomatology among older couples: An application of the actor-partner interdependence model. *Journal of Social & Personal Relationships*, 28(1), 83-99. doi:10.1177/0265407510387888

- Latorre, A., Del Ricon, D., & Arnal, J. (1996). *Bases metodológicas de la investigación educativa*. Barcelona: Hurtado Ediciones.
- Lemaire, J. (1984). *Le couple: Sa vie et sa mort*. Paris: Payot.
- Locke, K. (2001). *Grounded Theory in management research*. London: Sage Publications.
- Määttä, K., & Uusiautti, S. (2013). Silence is not golden: Review of studies of couple interaction. *Communication Studies*, 64(1), 33-48. doi:10.1080/10510974.2012.731467
- Magnavita, Jeffrey J. (2012). Advancing clinical science using system theory as the framework for expanding family psychology with unified psychotherapy. *Couple and Family Psychology: Research and Practice*, 1(1), 3-13.
- Mancini, A. D., & Bonanno, G. A. (2006). Marital closeness, functional disability, and adjustment in late life. *Psychology and Aging*, 21(3), 600-610. doi:10.1037/0882-7974.21.3.600
- Masue, O. S., Swai, I. L., & Anasel, M. G. (2013). The qualitative-quantitative ‘disparities’ in social science research: What does Qualitative Comparative Analysis (QCA) brings in to bridge the gap?. *Asian Social Science*, 9(10), pp. 211-221.
- McAvoy, P. (2013). The aims of sex education: Demoting autonomy and promoting mutuality. *Educational Theory*, 63(5), 483-496. doi:10.1111/edth.12036
- Mendes, J., & Pereira, H. (2013). Monogamia e ajustamento conjugal: Estudo entre casais do mesmo sexo e casais de sexo diferente. *Psychology, Community & Health*, 2(1), 28-42. doi:10.5964/pch.v2i1.19

- Mertens, D. M. (1998). *Research methods in education and psychology: Integrating diversity with quantitative and qualitative approaches*. London: Sage Publications.
- Migerode, L., & Hooghe, A. (2012). 'I love you'. How to understand love in couple therapy? Exploring love in context. *Journal of Family Therapy*, 34(4), 371-386. doi:10.1111/j.1467-6427.2011.00557.x
- Miller, L. E., & Caughlin, J. P. (2013). "We're going to be survivors": Couples' identity challenges during and after cancer treatment. *Communication Monographs*, 80(1), 63-82. doi:10.1080/03637751.2012.739703
- Monarch, N. (2004). The role of couple identity in marital satisfaction and stability. *Dissertation Abstracts International*, 64, 35-34.
- Morin, E. (1994). *Ciência com consciência*. Mem Martins: Europa-América.
- Narciso, I., & Costa, M. E. (1996). Amores Satisfeitos, mas não Perfeitos. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 12, 115-130.
- Narciso, I., & Ribeiro, M. T. (2009). *Olhares sobre a Conjugalidade*. Lisboa: Coisas de Ler.
- Norlin, D. D., & Broberg, M. M. (2013). Parents of children with and without intellectual disability: Couple relationship and individual well-being. *Journal of Intellectual Disability Research*, 57(6), 552-566. doi:10.1111/j.1365-2788.2012.01564.
- Olderbak, S., & Figueredo, A. (2012). Shared life history strategy as a strong predictor of romantic relationship satisfaction. *Journal of Social, Evolutionary, and Cultural Psychology*, 6(1), 111-131.

- Onorato, R. S., & Turner, J. C. (2004). Fluidity in the self-concept: The shift from personal to social identity. *European Journal of Social Psychology, 34*, 257–278. doi: 10.1002/ejsp.195
- Pasipanodya, E. C., Parrish, B. P., Laurenceau, J., Cohen, L. H., Siegel, S. D., Graber, E. C., & Belcher, A. J. (2012). Social constraints on disclosure predict daily well-being in couples coping with early-stage breast cancer. *Journal of Family Psychology, 26*(4), 661-667. doi:10.1037/a0028655
- Phillips, E. E., Bischoff, R. J., Abbott, D. A., & Xia, Y. (2009). Connecting behaviors and newlyweds' sense of shared-meaning and relationship satisfaction. *Journal of Couple & Relationship Therapy, 8*(3), 247-263. doi:10.1080/15332690903049257
- Rasgatt, P. (2000). Mapping the dialogical self: Towards a rationale and method of Assessment. *European Journal of Personality, 14*, 65-90.
- Reid, D. W., Dalton, E., Laderoute, K., Doell, F. K., & Nguyen, T. (2006). Therapeutically induced changes in couple identity: The role of we-ness and interpersonal processing in relationship satisfaction. *Genetic, Social & General Psychology Monographs, 132*(3), 241-284.
- Relvas, A. P. (2004). *O ciclo vital da família: Perspetiva sistémica* (3ª ed.). Porto: Edições Afrontamento.
- Ribeiro, A., & Gonçalves, M. (2011). Maintenance and transformation of problematic self-narratives: A semiotic-dialogical approach. *Integrative Psychological & Behavioral Science, 4*, 281-303.
- Satir V. (1978). *Your many faces*. Calif: Celestial Arts.
- Scabini, E., & Manzi, C. (2011). Family processes and identity. In S. J. Schwartz, K. Luyckx & V. L. Vignoles (Eds.), *Handbook of Identity Theory and Research* (Vol. 1-2, pp. 565-584). New York, NY: Springer Science + Business Media.

- Schneewind, K. A., & Gerhard, A. (2002). Relationship personality, conflict resolution, and marital satisfaction in the first 5 years of marriage. *Family Relations*, *51*(1), 63-71.
- Schwandt, T. (1994). Constructivist, interpretivist approaches to human inquiry. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of Qualitative Research* (pp. 118-137). Newbury Park, CA: Sage.
- Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. (2012). Dyadic adjusting in conjugal relation: assessment of well-being in marriage. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, *22*(3), 367-372.
- Selcuk, E., & Ong, A. D. (2013). Perceived partner responsiveness moderates the association between received emotional support and all-cause mortality. *Health Psychology*, *32*(2), 231-235. doi:10.1037/a0028276
- Sillars, A., Shellen, W., McIntosh, A., & Pomegranate, M. (1997). Relational characteristics of language: Elaboration and differentiation in marital conversations. *Western Journal of Communication*, *61*(4), 403-422.
- Silva, M., & Relvas, A. (2007). Casal, casamento e união de facto. In A. P. Relvas & M. Alarcão (Eds.), *Novas Formas de Família* (pp. 189-244). Coimbra: Quarteto.
- Simmons, R. A., Gordon, P. C., & Chambless, D. L. (2005). Pronouns in marital interaction: What do 'you' and 'I' say about marital health?. *Psychological Science*, *16*(12), 932-936. doi:10.1111/j.1467-9280.2005.01639.x
- Simpson, J. A. (2007). Psychological foundations of trust. *Current Directions in Psychological Science*, *16*(5), 264-268. doi:10.1111/j.1467-8721.2007.00517.x

- Slatcher, R. B., Vazire, S., & Pennebaker, J. W. (2008). Am “I” more important than “we”? Couples’ word use in instant messages. *Personal Relationships*, *15*(4), 407-424.
- Smith, J., & Firth, J. (2011). Qualitative data analysis: The framework approach. *Nurse Researcher*, *18*(2), pp. 52-62.
- Stanley, S. M., & Markman, H. J. (1992). Assessment commitment in personal relationships. *Journal of Marriage and Family*, *54*, 595-608.
- Strauss, A., & Corbin, J. (1990). *Basics of qualitative research*. London: Sage.
- Surra, C.A., & Bartell, D.S. (2001). Attributions, communication, and the development of a marital identity. In V. Manusov & J. H. Harvey (Eds.), *Attribution, communication behavior, and close relationships: Advances in personal relations*. New York, NY: Cambridge University Press.
- Turner, J. C. (1982). Towards a cognitive redefinition of the social group. In H. Tajfel (Ed.), *Social Identity and Intergroup Relations* (pp. 15-40). Cambridge: Cambridge University Press.
- Vignoles, V. L., Regalia, C., Manzi, C., Gollledge, J., & Scabini, E. (2006). Beyond self-esteem: Influence of multiple motives on identity construction. *Journal of Personality and Social Psychology*, *90*(2), 308-333. doi:10.1037/0022-3514.90.2.308
- Vignoles, V. L., Schwartz, S. J., & Luyckx, K. (2011). Introduction: Toward an integrative view of identity. In S. J. Schwartz, K. Luyckx & V. L. Vignoles (Eds.), *Handbook of identity theory and research* (Vol. 1-2, pp. 1-27). New York, NY US: Springer Science + Business Media.
- Vinkers, C. W., Finkenauer, C., & Hawk, S. T. (2011). Why do close partners snoop? Predictors of intrusive behavior in newlywed couples. *Personal Relationships*, *18*(1), 110-124. doi:10.1111/j.1475-6811.2010.01314.x

Wengraf, T. (2001). *Qualitative research interviewing: biographic narrative and semi-structured methods*. London: Thousand Oaks, Calif.: SAGE.

Williams-Baucom, K. J., Atkins, D. C., Sevier, M., Eldridge, K. A., & Christensen, A. (2010). You and I need to talk about us: Linguistic patterns in couple interactions. *Personal Relationships*, *17*, 41-56. doi: 10.1111/j.1475-6811.2010.01251.x

Wittenberg, L., Yutsis, M., Taylor, S., Giese-Davis, J., Bliss-Isberg, C., Star, P., & Spiegel, D. (2010). Marital status predicts change in distress and well-being in women newly diagnosed with breast cancer and their peer counselors. *Breast Journal*, *16*(5), 481-489. doi:10.1111/j.1524-4741.2010.00964.x

Anexo A – Árvore de Categorias

→ Dimensão Afetiva

- Bem-estar relacional
- Confiança
 - Lealdade
 - Fidelidade
 - Honestidade
- Cumplicidade
- Expressão de afecto
- Admiração
- Partilha
 - Auto-revelação
 - Bem e mal
 - Corpo
 - Tarefas domésticas
 - Geral
 - Lazer
- Qualidade da comunicação
 - Concordância dominante – baixo conflito
 - Escuta activa
 - Diálogo
 - Reacção adequada em conflitos
- Sentido de Nós
 - Rituais conjugais
 - Eficácia relacional
 - Influência relacional
 - Interdependência
 - Investimento na relação
 - Primazia do Nós
 - União
- Suporte Emocional
 - Apoio
 - Tolerância-perdão
 - Valorização mútua
 - Compreensão
 - Cuidar
 - Dar segurança
 - Empatia
 - Interesse
 - Motivar
 - Responsabilidade relacional
- Vínculo Afetivo
 - Amor
 - Companheirismo/amizade
 - Compromisso

- Laços

→ Dimensão Organizacional

- Similitude
- Socialização
- Diferenciação Conjugal
 - Ajustamento/aceitação
 - Alter-conhecimento
 - Complementaridade
 - Liberdade
 - Respeito
 - Unidade em dois
- Identificação mútua
- Objectivos comuns
- Poder equilibrado
 - Cedências mútuas
 - Humildade
 - Igualdade
 - Decisões partilhadas
- Princípios comuns
- Sentido de Nos-us
- Vínculo estrutural-moral

→ Temporalidade

- Construção
- Continuidade
- Percurso de Vida
- Transformações

Anexo B – Componentes dimensionais (categorias de 2ª ordem) e definição operacional dos respectivos elementos componenciais (categorias de 1ª ordem)

Dimensão		Definição	
Afectiva	Bem-estar relacional	Sentir-se bem com a relação, alegria na relação	
	Confiança		
		Lealdade	Defender o parceiro, manter-se do lado do parceiro
		Fidelidade	Ser fiel, não trair
		Honestidade	Ser verdadeiro, sincero
	Cumplicidade		Manifestação espontânea de sintonia
	Expressão de afecto		Mãos dadas, abraços, toque, carícias, beijos, nome carinhoso, carinho, proximidade afectiva, dar a mão
	Admiração		Admiração, orgulho no outro
	Partilha		
		Auto-revelação	Revelação pessoal de pensamentos, sentimentos, problemas
		Bem e mal	Partilha/troca de experiências boas ou más; partilha de problemas; “partilhar o bem e o mal”
		Corpo	Partilha do corpo
		Tarefas domésticas	Dividir/partilha de tarefas
		Geral	Quando explícita ou implicitamente se referem a uma partilha global, não pontuada numa área específica
		Lazer	Partilha de actividades recreativas e de tempos livres
	Qualidade da comunicação		
		Concordância dominante – baixo conflito	Conflitos e discordâncias - poucos, raros ou ausentes; concordância frequente
		Escuta activa	Ouvir com atenção
		Diálogo	Conversar
		Reacção adequada em conflitos	Comportamentos constructivos focados no problema e na sua resolução
	Sentido de Nós		
		Rituais conjugais	Acções com um carácter afectivo e simbólico que reflectem a coesão conjugal e se repetem no tempo

		Eficácia relacional	Com alicerces para superar dificuldades, capazes de chegar a um consenso
		Influência relacional	Deixar-se influenciar pelo cônjuge
		Interdependência	Equilíbrio entre dependência e independência; não fusional; não desligamento; não se perder a individualidade; necessidade do eu, do tu e do nós
		Investimento na relação	Empenho no desenvolvimento e na qualidade da relação
		Primazia do Nós	Valorização explícita ou implícita do que se faz apenas com aquela pessoa; do que se faz apenas naquela relação; da vivência em casal e como casal; da responsabilidade da vida com um outro; da comunhão com um outro; do nós como pilar da relação
		União	Coesão, sentir que estão um com o outro e um pelo outro
	Suporte Emocional		
		Apoio	Suporte/ajuda ao outro
		Tolerância-perdão	Conseguir perdoar e ser compreensivo/tolerante face aos erros ou falhas do parceiro
		Valorização mútua	Valorização do parceiro e sentir-se valorizado pelo parceiro
		Compreensão	Compreender, entender o outro
		Cuidar	Cuidar do outro
		Dar segurança	Sentir-se seguro face à presença, disponibilidade e apoio do cônjuge
		Empatia	Capacidade de se colocar no lugar do outro e de perceber o que sente e pense
		Interesse	Interesse em saber do outro
		Motivar	Incentivar
	Responsabilidade relacional	Ser responsável pelo outro e pela relação	
	Vínculo Afectivo		
		Amor	Designação ou explicitação dos sentimentos de amor e de paixão
		Companheirismo/amizade	Designação ou explicitação do vínculo como amizade e companheirismo
		Compromisso	Designação ou explicitação do

			vínculo como sendo de compromisso, ou seja, de desejo e decisão de envolvimento na ou manutenção da relação	
		Laços	Ligação afectiva entre os cônjuges	
Dimensão Organizacional			Definição	
	Similitude		Semelhanças entre os parceiros	
	Socialização		Envolvimento de cada membro e do casal com redes sociais	
	Diferenciação Conjugal	Ajustamento/aceitação		Ajustar-se ao outro; aceitar limites do outro; aceitar diferenças; ajustamento face a diferenças; ajustamento às contingências externas de cada um; compatibilidade
		Alter-conhecimento		Conhecimento sobre o parceiro
		Complementaridade		Sentir que se completam; sentir que as diferenças são complementares
		Liberdade		Dar espaço ao outro; não impedir a sua individualidade e autonomia
		Respeito		Comportamentos e atitudes que indicam consideração pelo outro enquanto indivíduo com as suas necessidades e características idiossincráticas
		Unidade em dois		Referência explícita à consideração simultânea (e necessidade de consideração) do todo e de cada uma das partes como essência da identidade
		Identificação mútua		Sentimento de semelhança
	Objectivos comuns		Objectivos/Fins/Planos/Projectos comuns	
	Poder equilibrado	Cedências mutuas		Cedências de ambas as partes
		Humildade		Reconhecer a razão no outro, pedir desculpa, assumir o erro
		Igualdade		Equilíbrio de papéis
		Decisões partilhadas		Decisões conjuntas
Princípios comuns		Ideais, valores comuns		
Sentido de Nos-us		Visão que o casal tem das perceções dos outros		

			relativamente a si enquanto casal; percepção dos outros sobre o casal
	Vínculo estrutural-moral		Viver sob o mesmo teto, foco na família/filhos, casamento por interesse, manter o matrimónio, foco nos bens materiais, acomodação e hábito
Temporalidade			Definição
	Construção		Ideia de construção ao longo do tempo
	Continuidade		Orientação para o futuro; desejo de continuidade
	Percurso de Vida		Percurso de vida a dois, caminhar em conjunto com o outro (passado/presente/futuro), caminho em construção
	Transformações		Aprender a gostar do outro ao longo do tempo, transformação paixão em amor, crescimento do amor, transformação de amizade em amor, aumento de paciência, descoberta ao longo do tempo do que se pode melhorar

Anexo C – Quadros de diferenças de componentes e elementos dos diferentes grupos

Legenda

Muito Relevante	
Relevante	
Moderadamente Relevante	
Sem Critério	

Tabela 1

Diferenças de sexo

Dimensão	F	M	Componentes	F	M	Elementos	F	M
Afectiva (21)	13	8	Sentido de Nós (21)	13	8	Primazia do Nós (20)	13	7
						Eficácia Relacional (11)	6	5
						União (11)	7	4
			Qualidade de Comunicação (20)	13	8	Diálogo (15)	10	5
						Reacção Adequada em Conflito (8)	4	4
			Vínculo Afectivo (19)	13	6	Amor (15)	11	4
						Companheirismo/Amizade (15)	10	5
			Suporte Emocional (17)	10	7	Apoio (12)	7	5
						Compreensão (10)	6	4
			Partilha (14)	10	4	Auto-Revelação (11)	9	2
						Partilha Geral (10)	7	3
			Bem-estar relacional (14)	9	5			
			Confiança (13)	8	5	Honestidade (6)	4	2
Cumplicidade (11)	7	4						
Expressão de Afecto (8)	5	3						
Organizacional (21)	13	8	Diferenciação Conjugal (21)	13	8	Ajustamento/Aceitação (15)	9	6
						Respeito (12)	7	5
			Unidade em dois (19)	12	7			
			Poder Equilibrado (8)	5	3			
Sentido de Nós (7)	5	2						

Tabela 2

Diferenças de situação relacional

Dimensão	C	CC	Componentes	C	CC	Elementos	C	CC
Afectiva (21)	12	9	Sentido de Nós (21)	12	9	Primazia do Nós (20)	11	9
						Eficácia Relacional (11)	7	4
						União (11)	5	6
			Qualidade de Comunicação (20)	12	8	Diálogo (15)	8	7
						Reacção Adequado em Conflito	5	3
			Vínculo Afectivo (19)	10	9	Amor (15)	8	7
						Companheirismo/Amizade (15)	8	7
			Suporte Emocional (17)	9	8	Apoio (12)	7	5
						Compreensão (10)	4	6
			Partilha (14)	6	8	Auto-Revelação (11)	4	7
						Partilha Geral (10)	5	5
			Bem-estar relacional (14)	6	8			
			Confiança (13)	7	6	Honestidade (6)	2	4
			Cumplicidade (11)	6	5			
Expressão de Afecto (8)	3	5						
Organizacional (21)	12	9	Diferenciação Conjugal (21)	12	9	Ajustamento/Aceitação (15)	8	7
						Respeito (12)	6	6
			Unidade em dois (19)	10	9			
			Poder Equilibrado (8)	5	3			
			Sentido de Nos-us (7)	5	2			

Tabela 3

Diferenças de tempo de relação

Dimensão	C	L	Componentes	C	L	Elementos	C	L			
Afectiva (21)	14	7	Sentido de Nós (21)	14	7	Primazia do Nós (20)	13	7			
						Eficácia Relacional (11)	8	3			
						União (11)	8	3			
			Qualidade de Comunicação (20)	13	7	Diálogo (15)	9	6	Reacção Adequada em Conflito (8)	7	1
									Vínculo Afectivo (19)	12	7
			Suporte Emocional (17)	12	5	Apoio (12)	7	5	Companheirismo/Amizade (15)		
									Partilha (14)	9	5
			Bem-estar relacional (14)	10	4	Partilha Geral (10)	6	4			
									Confiança (13)	9	4
			Cumplicidade (11)	6	5						
			Expressão de Afecto (8)	6	2						
			Organizacional (21)	14	7	Diferenciação Conjugal (21)	14	7	Ajustamento/Aceitação (15)	10	5
									Respeito (12)	8	4
Unidade em dois (19)	13	6									
Poder Equilibrado (8)	5	3									
Sentido de Nos-us	3	4									

Anexo D – Questionário Sociodemográfico

Data _____

1. SexoMasculino Feminino **2. Idade**

3. Escolaridade0 a 4 anos de escolaridade 5 a 6 anos de escolaridade 7 a 9 anos de escolaridade 10 a 12 anos de escolaridade Frequência universitária Ensino Superior Outro Qual? _____**4. Profissão**

5. Zona de Residência HabitualNorte Centro Norte Centro Sul Alentejo Algarve R. A. Madeira R. A. Açores Outra Qual? _____**6. Estado Civil**Casado(a) Desde _____ Divorciado(a) Desde _____Solteiro(a) Viúvo(a) Desde _____**7. Habita com**

8. Situação RelacionalCasado(a) Quantos casamentos teve anteriormente? _____Coabitação conjugal sem casamento Desde _____

Quantas situações de coabitação conjugal sem casamento teve anteriormente? _____

9. Acompanhamento psicológico ou psiquiátricoNunca teve Teve no passado Tem actualmente **10. Religiosidade**Não Crente Crente

Se é Crente, com que frequência participa em práticas religiosas?

- Nunca
- Pouco Frequentemente
- Frequentemente
- Muito Frequentemente
- Sempre

11. Filhos

Por favor, preencha, no quadro que se segue, o que se aplica à sua família, por ordem de idade.

Filhos	1º Filho	2º Filho	3º Filho	4º Filho**
Biológicos				
Sexo				
Data de Nascimento				
Escolaridade				
Enteados				
Sexo				
Data de Nascimento				
Escolaridade				

**Se tiver mais do que 4 filhos, acrescente, por favor, na tabela em baixo

Filhos	5º Filho	6º Filho	7º Filho	8º Filho
Biológicos				
Sexo				
Data de Nascimento				
Escolaridade				
Enteados				
Sexo				
Data de Nascimento				
Escolaridade				